

Relatório Contábil 2025

1º TRIMESTRE

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA
E PECUÁRIA

GOVERNO FEDERAL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
Carlos Henrique Baqueta Fávaro

SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
Irajá Rezende de Lacerda

SUBSECRETÁRIO DE ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
Fernando Magalhães Soares Pinto

COORDENADOR-GERAL DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL E MONITORAMENTO DA GESTÃO
Otto Cavalcante Medina

COORDENADORA DE CONTABILIDADE
Samya Carolina Soares Costa

EQUIPE TÉCNICA

Alan Rodrigues Pinheiro
Jaqueline Pereira de Faria Silva
Jorge Roberto Gabriel
Norma de Deus e Costa
Paulo Sousa Silva
Renata de Oliveira Pinheiro
Rodrigo Pinheiro Brandão

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis do MAPA (DCON), as quais são materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

** Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

RESOLUÇÃO/CCONT/MAPA Nº 03, de 30 de abril de 2025

Aprova o Relatório Contábil do 1º Trimestre de 2025 – Notas Explicativas do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA.

A Coordenação de Contabilidade – CCONT, da Coordenação-Geral de Governança Institucional e Monitoramento da Gestão – CGGI, da Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração – SPOA, da Secretaria-Executiva – SE, do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, com fundamento na Macrofunção SIAFI 02.03.15 – Conformidade Contábil divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional, resolve:

Art.1º APROVAR o texto final do Relatório Contábil contendo as Notas Explicativas do 1º Trimestre de 2025 do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, constante dos autos do processo 21000.032730/2023-44.

Art. 2º Submeter o documento de que trata o art. 1º à Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração – SPOA do MAPA, para conhecimento e autorização de publicação no sítio do mesmo em atendimento às determinações do TCU.

CCONT/MAPA:

Samya Carolina Soares Costa – Coordenadora

 Documento assinado digitalmente
SAMYA CAROLINA SOARES COSTA
Data: 09/06/2025 16:33:01-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Jaqueleine Pereira de Faria Silva – Chefe de Divisão

 Documento assinado digitalmente
JAQUELINE PEREIRA DE FARIA SILVA
Data: 09/06/2025 17:01:55-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Jorge Roberto Gabriel – Chefe de Divisão

 Documento assinado digitalmente
JORGE ROBERTO GABRIEL
Data: 09/06/2025 17:05:18-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

CGGI/MAPA:

Otto Cavalcante Medina – Coordenador-Geral

 Documento assinado digitalmente
OTTO CAVALCANTE MEDINA
Data: 09/06/2025 17:22:59-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

SPOA/MAPA:

Fernando Magalhães Soares Pinto – Subsecretário de Orçamento, Planejamento e Administração

Sumário

1. LISTAS DE SIGLAS.....	5
2. CONTEXTO OPERACIONAL.....	7
3.1 SISTEMAS DA ÁREA FIM.....	8
3.2 SISTEMAS DA ÁREA MEIO.....	9
4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	11
4.1 BALANÇO PATRIMONIAL.....	11
4.2 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	14
4.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	17
4.4 BALANÇO FINANCEIRO.....	20
4.5 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	21
4.6 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	22
5. NOTAS EXPLICATIVAS.....	25
5.1 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	25
5.2 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	25
5.3. PRINCIPAIS MUDANÇAS DE PRÁTICAS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS.....	30
5.4 MUDANÇAS NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVAS.....	30
5.5 PARTES RELACIONADAS.....	30
6. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	40
6.1 BALANÇO PATRIMONIAL.....	40
NOTA Nº 001 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR.....	46
NOTA Nº 002 - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	47
NOTA Nº 003- PROVISÕES.....	48
NOTA Nº 004 - IMOBILIZADO.....	51
NOTA Nº 005 - INTANGÍVEL.....	54
6.2 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	56
6.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	61
6.4 BALANÇO FINANCEIRO.....	65
6.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	66
6.6 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	67
7. REFERÊNCIAS.....	68
7.1. BIBLIOGRÁFICAS.....	68
7.2 SÍTIOS MAIS UTILIZADOS PELA CCONT/MAPA.....	68

1. Listas de Siglas

AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa
AGRONET - Intranet do Ministério da Agricultura e Pecuária	DISME - Distrito de Meteorologia
AGROSTAT - Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro	DVP - Demonstrações das Variações Patrimoniais
AGU - Advocacia-Geral da União	Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural	ENAGRO - Escola Nacional de Gestão Agropecuária
BB - Banco do Brasil	FUNCAFE - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
BCB - Banco Central do Brasil	GF - Gestor Financeiro
BGS - Boletim de Pessoal e Serviços	GRU - Guia de Recolhimento da União
BGU - Balanço Geral da União	INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
BINAGRI - Biblioteca Nacional de Agricultura	INMET - Instituto Nacional de Meteorologia
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social	LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
BO - Balanço Orçamentário	LFDA - Laboratório Federal de Defesa Agropecuária
BP - Balanço Patrimonial	LOA - Lei Orçamentária Anual
CASEMG - Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária
CCCCN - Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional	MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
CCONF - Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação	MEP - Método da Equivalência Patrimonial
CEF - Caixa Econômica Federal	NBC TSP - Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público
CFC - Conselho Federal de Contabilidade	NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
CGU - Controladoria-Geral da União	NE - Nota de Empenho
CONFCON - Sistema de Conformidade Contábil	NL - Nota de Lançamento
CCONT - Coordenação de Contabilidade	NS - Nota de Sistema
CEF - Caixa Econômica Federal	OB - Ordem Bancária
CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacauíra	OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras
CFC - Conselho Federal de Contabilidade	OGU - Orçamento Geral da União
CGU - Controladoria-Geral da União	PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
CONFCON - Sistema de Conformidade Contábil	PF - Programação Financeira
CRC/DF - Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal	PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
	PIPCP - Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais

RCPG - Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público	SISLEGIS - Sistema de Consulta a Legislação
REDESIM - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios	SPA - Secretaria de Política Agrícola
RENASEM - Registro Nacional de Sementes e Mudas	SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
RFB - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	SPU - Secretaria de Patrimônio da União
RGPS - Regime Geral de Previdência Social	STN - Secretaria do Tesouro Nacional
RPNP - Restos a Pagar Não Processados	SUCON - Subsecretaria de Contabilidade Pública/STN
RPP - Restos a Pagar Processados	TCE - Tomada de Contas Especial
RPPS - Regime Próprio de Previdência Social	TCU - Tribunal de Contas da União
SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens	TG - Tesouro Gerencial
SCRI - Secretaria de Comércio e Relações Internacionais	UG - Unidade Gestora
SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária	UGE - Unidade Gestora Executora
SE - Secretaria-Executiva	UGR - Unidade Gestora Responsável
SEI - Sistema Eletrônico de Informações	VIGIAGRO - Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional
SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados	VPA - Variação Patrimonial Aumentativa
SFA - Superintendência Federal de Agricultura e Pecuária	VPD - Variação Patrimonial Diminutiva
SIADS - Sistema Integrado de Administração de Serviços	
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira	
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos	
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão	
SICAR - Sistema de Controle de Arrecadação	
SIGMA - Sistema de Indicações Geográficas e Marcas	

2. Contexto Operacional

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), órgão da administração pública federal direta, é responsável pela gestão das políticas públicas com base no Decreto nº 11.332, de 1º de janeiro de 2023 e alterado pelo Decreto nº 11.998, de 17 de abril de 2024, e tem como áreas de competência os seguintes assuntos:

- a) Política agrícola, abrangidos a produção, a comercialização e o seguro rural;
- b) Produção e fomento agropecuário, abrangidas a agricultura, a pecuária, a agroindústria, a agroenergia, a heveicultura e, em articulação com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, as florestas plantadas;
- c) Informação agropecuária;
- d) Defesa agropecuária e segurança do alimento, abrangidos: a saúde animal e a sanidade vegetal; os insumos agropecuários, incluída a proteção de cultivares; os alimentos, os produtos, os derivados e os subprodutos de origem animal, inclusive pescados, e vegetal; a padronização e a classificação de produtos e insumos agropecuários; e o controle de resíduos e contaminantes em alimentos;
- e) Pesquisa em agricultura, pecuária, sistemas agroflorestais, aquicultura e agroindústria;
- f) Conservação e proteção de recursos genéticos de interesse para a agropecuária e a alimentação;
- g) Assistência técnica e extensão rural;
- h) Irrigação e infraestrutura hídrica para a produção agropecuária, observadas as competências do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;
- i) Informação meteorológica e climatológica para uso na agropecuária;
- j) Desenvolvimento rural sustentável;
- k) Conservação e manejo do solo e da água, destinados ao processo produtivo agrícola e pecuário e aos sistemas agroflorestais;
- l) Boas práticas agropecuárias e bem-estar animal;
- m) Cooperativismo e associativismo na agropecuária;
- n) Energização rural e agroenergia, incluída a eletrificação rural; e
- o) Negociações internacionais relativas aos temas de interesse das cadeias de valor da agropecuária.

A competência de que trata a letra “n” será exercida pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, na hipótese de serem utilizados recursos do Orçamento Geral da União, e pelo Ministério de Minas e Energia, na hipótese de serem utilizados recursos vinculados ao Sistema Elétrico Nacional.

Para a consecução de seus objetivos, o MAPA conta com uma estrutura fixa de quatro Secretarias, 27 Superintendências Estaduais e suas respectivas unidades, uma rede de seis laboratórios, além de uma empresa vinculada e sete órgãos colegiados:

Os Órgãos específicos singulares do Ministério são:

- a) Secretaria de Política Agrícola;
- b) Secretaria de Defesa Agropecuária;
- c) Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo;
- d) Secretaria de Comércio e Relações Internacionais

Os Órgãos colegiados do Ministério são:

- a) Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural;
- b) Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional;
- c) Comissão Especial de Recursos;
- d) Conselho Deliberativo da Política do Café;
- e) Conselho Deliberativo de Política Agrícola; e
- f) Comitê Estratégico do Programa Nacional de Levantamento e Interpretação de Solos do Brasil;

A entidade vinculada – Empresa Pública:

- a) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA

3.1 Sistemas da Área Fim

VEGETAL (Lista de sistema categoria Vegetal)

AB+S - Plataforma Agro Brasil + Sustentável

AGROALERTAS - Sistema de Alerta Rápido Agropecuário

AGROFIT - Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários

CEFITI - Catálogo de Exigências Fitossanitárias para o Trânsito Interestadual

RECADASTRAMENTO - Sistema de Controle de Professores e Classificadores

RENASEM - Registro Nacional de Sementes e Mudas

SISPA - Sistema Unificado de Informação, Petição e Avaliação Eletrônica

SIARP - Sistema de Acompanhamento dos Processos de Análise de Risco de Pragas

SIGBIO - Sistema de Gerenciamento de Biossegurança

SIGEF - Módulo de Controle da Produção de Sementes e Mudas

SIGLA - Sistema de Informações Gerenciais para Lab. de Resíduos e Contam. em alimentos

SIGORG - Modulo Administrador - Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica

SIGORG - Modulo Público- Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica

SISCOLE - Sistema de Cadastro de Organismo e Laboratorios Estrangeiros

SIVIBE - Sistema de informações da área de vinhos e bebidas

SNPC - Cultivar Web

SNPC - Sistema de Informações Documentais

SQFI - Sistema de Quarentena Fitossanitária

THESAURUS - Sistema especializado em literatura agrícola

ANIMAL (Lista de sistemas categoria Animal)

CGTQA - Painéis de Requisitos e Certificados da Área Animal

DCPOA - Declaração de Produtos de Origem Animal

e-SISBI-SGSI - Sistema de Gestão de Serviço de Inspeção

e-SISBRAVET - Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências Veterinárias

PGA - Plataforma de Gestão Agropecuária

PGA-RASTREABILIDADE - Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva

PGA-SIGSIF - Plataforma de Gestão Agropecuaria - SIGSIF

SIGEP - Sistema de gerenciamento de estudos epidemiológicos

SIGSIF - Sistema de Informações Gerenciais do SIF

SIPE - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos - Web

SIPEAGRO - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários

SISBOV - Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos

SISRES - Sistema de Controle de Resíduos

POLÍTICAS AGRÍCOLAS E CLIMÁTICAS

(Lista de Sistema Categoria Políticas Agrícolas e Climáticas)

FUNCAFE - Sistema de Operacionalização das Linhas de Crédito do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira

Plataforma Multi-institucional de Monitoramento de Reduções de Emissões de Gases de Efeito Estufa (Plataforma ABC)

SAPCANA - Sistema de Acompanhamento de Produção Canavieira

SIGMA - Sistema de Indicações Geográficas e Marcas

SISPROCER - Sistema de Processos da Comissão Especial de Recurso

SISSER - Sistema de Informação da Subvenção ao Seguro Rural

Sistema de Governança do Plano ABC+ (SIGABC)

SISZARC - Sistemas de zoneamento agrícola e risco climático

SNCUA - Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras

3.2 Sistemas da Área Meio

ADMINISTRATIVO (Lista de sistemas categoria Administrativo)

ADIDOS - Sistema de controle de ADIDOS

ÁGATHA - Sistema de Gestão de Riscos

AGROEVENTOS - Sistema de Eventos

AGROFORM - Sistema de formulários do MAPA

ALMOX - Sistema de Almoxarifado

CONFCON - Sistema de Conformidade Contábil

Dúvidas e Orientações Pós Implementação do SouGov-Frequência no MAPA

PATRIM - Sistema de Controle de Transferência de Bens Patrimoniais

PONTOWEB - Sistema de Registro Eletrônico de Frequência

SA - Strategic Adviser

SAC - Sistema de Auditoria e Credenciamento de Laboratórios

SAPE - Sistema de Acompanhamento de Projetos do Edital 64

SCES - Sistema de Controle de Entrada e Saída

SCVA - Sistema de Controle de Veículos Automotores do MAPA

SEI - Sistema Eletrônico de Informações

SGC - Sistema de Processo de Acompanhamento de Órgãos Colegiados

SGCAM - Sistema de Gestão de Camarões Setoriais e Temáticas

SGD-CGAL - Sistemas de Gestão de Demandas

SGI - Sistema de Gestão Integrada

SIAD - Sistema de Autorização de Deslocamento

SIAGAM - Sistema de Informação de Apoio ao Gabinete do Ministro

SIENI - Sistema Integrado de Informações Estratégicas de Negociações Internacionais

SIGCLIMA - Sistema de Gestão do Ambiente Organizacional

SIGED - Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos

SIGPBc - Sistema de Informação Gerencial do Programa Bactrocera carambolae

SIGPOA - Sistema de Gerenciamento de Produtos de Origem Animal

SIGVIG - Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários

SIPAS - Sistema de Controle do Plano de Assistência à Saúde

SISAD - Sistema de Avaliação de Desempenho

SisGP - Sistema de Gestão de Pessoas (Programa de gestão)

SISLAB - Sistema de Padrões Labororiais

SouGov - Frequência

SRH - Sistema de Controle de Recursos Humanos

NORMATIVOS ([Lista de Sistemas Categoria Normativos](#))

BINAGRI - Sistema da Base de Dados da Biblioteca Nacional de Agricultura

CONJUR NORMAS - Sistema de Normas da Consultoria Jurídica

SisAtos - Sistema de Atos Normativos

SISLEGIS - Sistema de Consulta a Legislação

SISMAN - Sistema de Monitoramento de Atos Normativos

WikiSDA - Portal de manuais de processos da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

ORÇAMENTO ([Lista de Sistemas Categoria Orçamento](#))

SICAR - Sistema de Controle de Arrecadação

SIGER - Sistema de Informação Gerenciais do Endividamento Rural

SIOR - Sistema de Informações Orçamentarias

EDUCAÇÃO/DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

([Lista de Sistemas Categoria Educação / Desenvolvimento de Pessoas](#))

AVA ENAGRO VIRTUAL

GESTCOM - Sistema de Gestão do Comportamento Organizacional

LECOM-ADM - Plataforma para os administradores dos serviços do portal de serviços

LECOM - Plataforma de análise dos serviços do portal de serviços

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

([Lista de Sistemas Categoria Tecnologia da Informação](#))

ATENDE SISTEMAS - Suporte aos Sistemas do MAPA

ATENDETI - Sistema gerenciador de chamados

AUTENTICAÇÃO - Sistema de Controle de Acesso

SCAWEB - Sistema de Controle de Acesso

SISTI - Sistemas Internos STI

SOLICITA - Sistema de Solicitação de Acesso

TROCA SENHA - Serviço de troca de senhas de acesso à rede do MAPA

VÍDEO CONFERÊNCIA - Sistema de Vídeo Conferencia

4. Demonstrações Contábeis

4.1 Balanço patrimonial



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ÓRGÃO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO 28/04/2025	PÁGINA 1
VALORES EM MILHÕES DE REAL	

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO		2025	2024	ESPECIFICAÇÃO		2025	2024
ATIVO CIRCULANTE		5.260,01	6.516,90	PASSIVO CIRCULANTE		2.407,43	2.524,99
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.393,54	5.637,79	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo			887,31	805,65
Créditos a Curto Prazo	809,40	819,77	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo			-	-
Clientes	7,83	6,67	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo			150,03	102,98
Clientes	7,83	6,67	Obrigações Fiscais a Curto Prazo			0,04	0,01
Demais Créditos e Valores	801,58	813,10	Transferências Fiscais a Curto Prazo			614,59	761,94
Demais Créditos e Valores	804,63	824,12	Provisões a Curto Prazo			-	-
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Curto Prazo	-3,05	-11,02	Demais Obrigações a Curto Prazo			755,45	854,42
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-					
Estoques	57,06	59,33					
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-					
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-					
ATIVO NÃO CIRCULANTE	7.517,57	11.969,38	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			2.261,68	2.251,21
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.979,91	7.393,30	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo			-	-
Créditos a Longo Prazo	2.979,91	7.393,30	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			-	-
Clientes	201,35	201,35	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			315,86	315,86
Clientes	201,35	201,35	Obrigações Fiscais a Longo Prazo			-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.281,59	6.710,68	Transferências Fiscais a Longo Prazo			-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	6.544,48	6.710,68	Provisões a Longo Prazo			1.945,82	1.935,35
(-) Ajuste para Perdas de Emp. e Financiamentos Concedidos	-4.262,89	-	Demais Obrigações a Longo Prazo			-	-
Demais Créditos e Valores	496,97	481,27	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL			4.669,11	4.776,20
Demais Créditos e Valores	509,16	493,35					
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Longo Prazo	-12,18	-12,08	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Estoques	-	-	ESPECIFICAÇÃO			2025	2024
Investimentos	-	-	Patrimônio Social e Capital Social			3.149,19	3.149,19
Participações Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)			65,05	31,25
Propriedades para Investimento	-	-	Reservas de Capital			-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial			0,01	0,01
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Reservas de Lucros			-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Demais Reservas			270,10	261,25
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Resultados Acumulados			4.624,12	10.268,38
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Resultado do Exercício			-5.618,02	-179,37
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores			11.273,05	11.625,52
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores			-1.030,91	-1.177,77
Demais Investimentos Permanentes	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria			-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Pern.	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			8.108,47	13.710,08
Imobilizado							
Bens Móveis	4.446,75	4.483,38					
Bens Móveis	987,02	974,87					
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	2.233,44	2.193,82					
	-1.223,00	-1.195,53					



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ÓRGÃO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO 28/04/2025	PÁGINA 2
VALORES EM MILHÕES DE REAL	

ATIVO	ESPECIFICAÇÃO			PASSIVO			
		2025	2024	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2025	2024
				ESPECIFICAÇÃO			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-23,42	-23,42				
Bens Imóveis		3.459,74	3.508,51				
Bens Imóveis		3.906,43	3.948,96				
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-446,70	-440,45				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-				
Intangível		90,91	92,69				
Softwares		90,91	92,69				
Softwares		157,03	155,71				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-66,12	-63,02				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-				
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		-	-				
Direitos de Uso de Imóveis		-	-				
Direitos de Uso de Imóveis		-	-				
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis		-	-				
Patrimônio Cultural		-	-				
Patrimônio Cultural		-	-				
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural		-	-				
Diferido		-	-				
TOTAL DO ATIVO		12.777,58	18.486,28	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.777,58	18.486,28

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO	ESPECIFICAÇÃO			PASSIVO		
		2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO FINANCEIRO		4.398,75	5.648,40	PASSIVO FINANCEIRO	8.873,47	7.593,47
ATIVO PERMANENTE		8.378,83	12.837,88	PASSIVO PERMANENTE	2.928,43	2.893,85
				SALDO PATRIMONIAL	975,68	7.998,97

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO	
	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos				ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		1.186,44	1.172,99	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS
Atos Potenciais Ativos		1.186,44	1.172,99	Atos Potenciais Passivos
Garantias e Contragarantias Recebidas		158,78	141,39	Garantias e Contragarantias Concedidas
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong		83,99	87,65	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ÓRGÃO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO 28/04/2025	PÁGINA 3
	VALORES EM MILHÕES DE REAL

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO		
	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Direitos Contratuais	943,87	943,95	Obrigações Contratuais	4.548,23	3.459,39
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	1.186,44	1.172,99	TOTAL	9.358,87	8.098,99

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DEFÍCIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-7.205,17
Recursos Vinculados		2.730,44
Seguridade Social (Exceto Previdência)		-77,67
Previdência Social (RPPS)		-0,01
Dívida Pública		-270,09
Fundos, Órgãos e Programas		3.078,20
Recursos Não Classificados		0,02
TOTAL		-4.474,73

4.2 Demonstrações das Variações Patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ÓRGÃO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO 28/04/2025	PÁGINA 1
	VALORES EM MILHÕES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	6.031,12	7.285,26
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2,94	3,13
Impostos	-	-
Taxas	2,94	3,13
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	0,72	1,05
Contribuições Sociais	0,68	0,98
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,05	0,07
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	35,84	12,65
Venda de Mercadorias	2,31	1,08
Vendas de Produtos	0,01	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	33,51	11,56
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	216,51	243,06
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	96,88	92,57
Juros e Encargos de Mora	1,88	0,04
Variações Monetárias e Cambiais	4,82	3,87
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	112,84	146,59
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	5.601,71	6.859,26
Transferências Intragovernamentais	5.571,57	6.847,16
Transferências Intergovernamentais	-0,05	-
Transferências das Instituições Privadas	-0,22	0,35
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	30,42	11,75
Valorização e Ganhos de Ativos e Desincorporação de Passivos	74,67	48,68
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	0,39	0,33
Ganhos com Incorporação de Ativos	57,87	22,85
Ganhos com Desincorporação de Passivos	16,81	25,50
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	98,74	117,44
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,10	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2025	PERÍODO 1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSAO 28/04/2025	PAGINA 2
	VALORES EM MILHÕES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ÓRGÃO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2025	2024
Subvenções Econômicas		-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		8,42	3,39
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		90,22	114,05
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		11.649,14	7.296,82
Pessoal e Encargos		1.332,19	1.312,00
Remuneração a Pessoal		981,45	978,74
Encargos Patronais		319,46	310,85
Benefícios a Pessoal		31,23	22,39
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		0,05	0,03
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		553,22	574,86
Aposentadorias e Reformas		326,06	350,55
Pensões		218,91	217,81
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		8,25	6,50
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		243,02	252,34
Uso de Material de Consumo		12,69	24,09
Serviços		197,80	198,18
Depreciação, Amortização e Exaustão		32,52	30,07
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		11,93	11,15
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		0,08	0,03
Variações Monetárias e Cambiais		1,39	-
Descontos Financeiros Concedidos		3,50	2,89
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		6,96	8,24
Transferências e Delegações Concedidas		5.151,43	4.882,11
Transferências Intragovernamentais		4.993,34	4.634,39
Transferências Intergovernamentais		89,97	240,39
Transferências a Instituições Privadas		0,03	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		68,09	7,33
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		4.348,65	236,17
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		4.298,53	185,17
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		1,65	0,96
Incorporação de Passivos		11,90	15,06



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2025	PERÍODO 1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSAO 28/04/2025	PAGINA 3
VALORES EM MILHÕES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ORGÃO SUPERIOR	22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2025	2024
Desincorporação de Ativos		36,57	34,99
Tributárias		0,64	0,60
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,58	0,54
Contribuições		0,06	0,06
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		1,04	0,68
Custo das Mercadorias Vendidas		1,04	0,68
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		7,02	26,90
Premiações		-	-
Resultado Negativo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Incentivos		-	0,39
Subvenções Econômicas		1,65	14,92
Participações e Contribuições		-	-
Constituição de Provisões		3,97	9,49
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		1,40	2,10
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		-5.618,02	-11,56
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		2025	2024

4.3 Balanço Orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ÓRGÃO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO 28/04/2025	PÁGINA 1
	VALORES EM MILHÕES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES				
Receitas Tributárias			266,99	266,99
Impostos			2,06	2,06
Taxes			-	-
Contribuições de Melhoria			2,06	2,06
Receitas de Contribuições			-	-
Contribuições Sociais			0,59	0,59
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico			0,59	0,59
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.			-	-
Receita Patrimonial			103,86	103,86
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado			0,86	0,86
Valores Mobiliários			103,00	103,00
Delegação de Serviços Públicos			-	-
Exploração de Recursos Naturais			-	-
Exploração do Patrimônio Intangível			-	-
Cessão de Direitos			-	-
Demais Receitas Patrimoniais			-	-
Receita Agropecuária			2,27	2,27
Receita Industrial			-	-
Receitas de Serviços			128,35	128,35
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			31,49	31,49
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte			-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde			-	-
Serviços e Atividades Financeiras			96,86	96,86
Outros Serviços			-	-
Transferências Correntes			-0,28	-0,28
Outras Receitas Correntes			30,13	30,13
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais			24,17	24,17
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos			4,31	4,31
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público			-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital			-	-
Demais Receitas Correntes			1,65	1,65
RECEITAS DE CAPITAL			1.413,76	1.413,76
Operações de Crédito			-	-
Operações de Crédito Internas			-	-
Operações de Crédito Externas			-	-
Alienação de Bens			0,54	0,54
Alienação de Bens Móveis			0,54	0,54
Alienação de Bens Imóveis			-	-
Alienação de Bens Intangíveis			-	-
Amortização de Empréstimos			1.413,22	1.413,22
Transferências de Capital			-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2025	PERÍODO 1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSAO 28/04/2025	PAGINA 2
VALORES EM MILHÕES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ÓRGÃO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	1.680,75	1.680,75
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	1.680,75	1.680,75
DEFÍCIT			3.183,68	3.183,68
TOTAL	-	-	4.864,43	4.864,43
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		22,63		-22,63
Superávit Financeiro	-	22,63	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	8.325,99	8.340,21	4.864,43	1.939,79	1.286,89	3.475,78
Pessoal e Encargos Sociais	7.758,87	7.758,87	4.510,27	1.752,71	1.147,71	3.248,60
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	567,12	581,34	354,16	187,08	139,17	227,18
DESPESAS DE CAPITAL	-	8,41	-	-	-	8,41
Investimentos	-	8,41	-	-	-	8,41
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	8.325,99	8.348,62	4.864,43	1.939,79	1.286,89	3.484,19
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	8.325,99	8.348,62	4.864,43	1.939,79	1.286,89	3.484,19



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2025	PERÍODO 1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSAO 28/04/2025	PAGINA 3
VALORES EM MILHÕES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ÓRGÃO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	8.325,99	8.348,62	4.864,43	1.939,79	1.286,89	3.484,19

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal e Encargos Sociais	165,26	293,81	96,71	80,82	1,02	377,23
Juros e Encargos da Dívida	3,92	37,36	24,51	24,50	0,02	16,76
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	161,34	256,45	72,20	56,32	1,00	360,47
Inversões Financeiras	2.310,92	2.941,15	1.402,69	1.366,66	1,98	3.883,44
Amortização da Dívida	1.815,09	1.494,53	155,67	119,64	1,98	3.188,01
TOTAL	495,83	1.446,62	1.247,02	1.247,02	-	695,43
TOTAL	2.476,18	3.234,96	1.499,40	1.447,48	3,00	4.260,66

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal e Encargos Sociais	53,93	1.029,75	693,10	0,09	390,49
Juros e Encargos da Dívida	0,43	626,96	580,11	0,07	47,21
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos	53,50	402,79	112,99	0,02	343,28
Inversões Financeiras	162,03	611,87	158,54	3,30	612,06
Amortização da Dívida	162,03	611,87	158,54	3,30	612,06
TOTAL	215,96	1.641,62	851,64	3,39	1.002,55

4.4 Balanço Financeiro



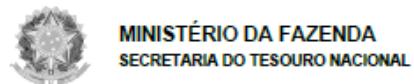
MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2025	PERÍODO 1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSAO 28/04/2025	PAGINA 1
	VALORES EM MILHÕES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ÓRGÃO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO		2025	2024	ESPECIFICAÇÃO		2025	2024
Receitas Orçamentárias		1.680,75	1.750,55	Despesas Orçamentárias		4.864,43	4.433,45
Ordinárias		0,05	-	Ordinárias		4.259,90	4.038,95
Vinculadas		1.877,03	1.755,80	Vinculadas		604,53	394,50
Previdência Social (RPPS)		-	-	Seguridade Social (Exeto Previdência)		576,60	
Fundos, Órgãos e Programas		1.877,03	1.755,68	Previdência Social (RPPS)		-	362,14
Recursos Não Classificados		0,12		Fundos, Órgãos e Programas		27,93	32,35
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-196,32	-5,25				
Transferências Financeiras Recebidas		5.568,90	6.847,16	Transferências Financeiras Concedidas		4.956,88	4.631,12
Resultantes da Execução Orçamentária		4.281,33	4.209,39	Resultantes da Execução Orçamentária		2.585,56	2.496,28
Cota Recebida		1.695,34	1.721,02	Repasso Concedido		864,86	798,79
Repasso Recebido		885,30	790,88	Sub-repasso Concedido		1.720,70	1.696,94
Sub-repasso Recebido		1.720,70	1.696,94	Cota Devolvida		0,01	
Sub-repasso Devolvido		0,54		Sub-repasso Devolvido		0,54	
Independentes da Execução Orçamentária		1.287,57	2.637,78	Independentes da Execução Orçamentária		2.371,32	2.134,84
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		733,50	759,44	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		434,48	444,21
Demais Transferências Recebidas		30,31	39,36	Demais Transferências Concedidas		27,39	31,01
Movimentação de Saldos Patrimoniais		523,68	1.838,98	Movimento de Saldos Patrimoniais		1.909,45	1.659,62
Aporte ao RPPS		-	-	Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-	Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários		3.630,99	3.181,18	Pagamentos Extraorçamentários		2.303,59	1.215,45
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		652,90	580,68	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		851,64	684,02
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		2.924,64	2.569,42	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		1.447,48	529,29
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		11,95	5,45	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		4,46	2,02
Outros Recebimentos Extraorçamentários		41,50	25,63	Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	0,12
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		0,28	0,20	Valores Compensados		0,12	
Restituições a Pagar		0,08					
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		0,02	0,03				
Arrecadação de Outra Unidade		40,20	25,33				
Demais Recebimentos		0,92	0,06				
Saldo do Exercício Anterior		5.637,79	4.322,00	Saldo para o Exercício Seguinte		4.393,54	5.820,88
Caixa e Equivalentes de Caixa		5.637,79	4.322,00	Caixa e Equivalentes de Caixa		4.393,54	5.820,88
TOTAL		16.518,44	16.100,90	TOTAL		16.518,44	16.100,90

4.5 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2025	PERÍODO MAR (FECHADO)
-------------------	--------------------------

EMISSAO 28/04/2025	PAGINA 1
-----------------------	-------------

TÍTULO	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - OFSS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ÓRGÃO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA

VALORES EM MILHÕES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2024	3.121,52	27,86	-	-	208,14	11.628,89	-	-	14.986,22
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	4,88	-	-	14,53	-1.177,77	-	-	-1.158,38
Aumento/Redução de Capital	27,86	-1,29	-	-	-	-	-	-	26,37
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	38,58	-3,37	-	-	35,21
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	0,01	-	0,01
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-179,37	-	-	-179,37
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2024	3.149,19	31,25	-	-	261,25	10.268,38	0,01	-	13.710,08

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2025	3.149,19	31,25	-	-	261,25	10.268,38	0,01	-	13.710,08
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	0,06	-30,29	-	-	-30,24
Aumento/Redução de Capital	-	33,80	-	-	-	-	-	-	33,80
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-26,75	4,05	-	-	-22,70
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-5.618,02	-	-	-5.618,02
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	35,54	-	-	-	35,54
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2025	3.149,19	65,05	-	-	270,10	4.624,12	0,01	-	8.108,47

4.6 Demonstração dos Fluxos de Caixa



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ÓRGÃO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO 28/04/2025	PÁGINA 1
VALORES EM MILHÕES DE REAL	

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2025	2024
INGRESSOS	-1.348,90	318,54
Receita Tributária	5.889,06	7.154,70
Receita de Contribuições	2,06	2,19
Receita Patrimonial	0,59	0,74
Receita Agropecuária	0,87	0,84
Receita Industrial	2,27	1,18
Receita de Serviços	-	0,01
Remuneração das Disponibilidades	128,35	102,69
Outras Receitas Derivadas e Originárias	102,99	144,18
Transferências Recebidas	30,13	24,49
Intergovernamentais	-0,28	0,35
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-0,05	-
Dos Municípios	-0,05	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-0,22	0,35
Outros Ingressos Operacionais	5.622,07	6.878,04
Ingressos Extraorçamentários	11,95	5,45
Restituições a Pagar	0,08	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,02	0,03
Transferências Financeiras Recebidas	5.568,90	6.847,16
Arrecadação de Outra Unidade	40,20	25,33
Demais Recebimentos	0,92	0,06
DESEMBOLSOS	-7.237,96	-6.836,17
Pessoal e Demais Despesas	-1.844,95	-1.832,44
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-0,06	-0,89
Defesa Nacional	-0,02	-0,01
Segurança Pública	-0,48	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-0,13	-
Previdência Social	-510,85	-524,99
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-0,20	-0,03
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-0,18
Ciência e Tecnologia	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ÓRGÃO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO 28/04/2025	PÁGINA 2
VALORES EM MILHÕES DE REAL	

	2025	2024
Agricultura	-1.324,95	-1.299,44
Organização Agrária	-3,53	-5,46
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-5,00	-1,85
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,28	0,20
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-431,68	-370,47
Intergovernamentais	-188,55	-120,36
A Estados e/ou Distrito Federal	-13,81	-0,05
A Municípios	-174,74	-114,31
Intragovernamentais	-202,60	-238,47
Outras Transferências Concedidas	-40,52	-11,63
Outros Desembolsos Operacionais	-4.961,34	-4.633,26
Dispêndios Extraorçamentários	-4,46	-2,02
Transferências Financeiras Concedidas	-4.956,88	-4.631,12
Valores Compensados	-0,12	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	104,66	1.180,35
INGRESSOS	1.413,76	1.473,89
Alienação de Bens	0,54	0,37
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.413,22	1.473,52
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-1.309,11	-293,54
Aquisição de Ativo Não Circulante	-48,04	-15,26
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-1.247,02	-270,30
Outros Desembolsos de Investimentos	-14,05	-7,98
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-1.244,25	1.498,88
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	5.637,79	4.322,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E
ÓRGÃO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	
VALORES EM MILHÕES DE REAL	

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO 28/04/2025	PÁGINA 3
2025	2024
4.393,54	5.820,88

5. Notas Explicativas

5.1 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual Siafi, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME), e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), respectivamente.

O objetivo principal das DCON é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do Ministério da Agricultura e Pecuária.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Mapa e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta, parte integrante do Poder Executivo Federal.

As Demonstrações Contábeis do Mapa estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, exigido pela Lei nº 4.320/1964, e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- IV. Balanço Orçamentário (BO);
- V. Balanço Financeiro (BF);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas.

5.2 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MAPA, órgão que faz parte da União, em consideração com as opções e premissas do Modelo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

5.2.1) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o **Real**, tendo em vista o disposto no item 5, alínea “a”, da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330/2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

5.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

5.2.3 Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) Créditos tributários; (ii) Créditos não tributários; (iii) Dívida ativa; (iv) Transferências concedidas; (v) Empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) Adiantamentos; (vii) Valores a compensar e (viii) Estoques.

Os valores a compensar são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É constituído também de ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

5.2.4 Estoques

Os estoques compreendem as mercadorias para revenda (entre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

5.2.5 Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreende os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) Créditos tributários; (ii) Créditos não tributários; (iii) Dívida ativa e (iv) Empréstimos e financiamentos concedidos.

Os empréstimos concedidos, no FUNCAFÉ, referem-se à Dação em Pagamento com várias Instituições Financeiras.

5.2.6 Investimentos

Os investimentos são compostos por: (i) Participações permanentes; (ii) Propriedades para investimento; e (iii) Demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

A União tem utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo.

5.2.7 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

5.2.8 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (Impairment).

5.2.9 Depreciação, amortização ou exaustão de Bens Imóveis não cadastrados no SPIUnet e de Bens Móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis devem ser iniciadas a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês forem relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No Manual SIAFI, disponível no sítio da STN, constam todas as regras referentes a Depreciação, Amortização ou Exaustão, inclusive, também, sobre a reavaliação e redução ao valor recuperável.

5.2.10 Depreciação de Bens Imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da

cessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

5.2.11 Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) Empréstimos e financiamentos; (iii) Fornecedores e contas a pagar; (iv) Obrigações fiscais; (v) Obrigações de repartições a outros entes; (vi) Provisões; e (vii) Demais obrigações.

5.2.12 Empréstimos e Financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

5.2.13 Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: (I) Riscos trabalhistas; (II) Riscos fiscais; (III) Riscos cíveis; (IV) Repartição de créditos tributários; (V) Provisões matemáticas; e (VI) Outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 68, de 18 de novembro de 2022.

No âmbito do MAPA, as Provisões de Longo Prazo dividem-se em:

- a) Provisão para Indenizações Trabalhistas - Embrapa;
- b) Provisões para Riscos Cíveis a longo Prazo – Embrapa;
- c) Provisões para Perdas Judiciais/Administrativas – Mapa;
- d) Provisões para Indenizações Tributárias – Embrapa;
- e) Provisões para Indenização Previdenciárias – Embrapa;
- f) Outras Provisões de Longo Prazo – Embrapa;

5.2.14 Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

a) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos, redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

b) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

c) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5.3. Principais mudanças de Práticas e Procedimentos Contábeis

De acordo com o Processo SEI nº 21000.021394/2023-12 a STI desenvolveu um sistema estruturado no SICAR para a extração mensal dos dados sobre os Autos de Infração PENDENTES DE PAGAMENTOS, PAGOS e ENCAMINHADOS À DÍVIDA ATIVA para registro no SIAFI.

A CCONT estruturou os procedimentos dos registros extraídos pela STI no Processo SEI nº 21000.126050/2022-18 relacionado no processo acima, com a emissão da Nota Técnica 1, enviada à SDA para disseminação às SFAs, para os devidos registros contábeis a partir de dezembro/2023.

Em janeiro e dezembro de 2024 a CCONT registrou os ajustes para perdas em créditos a receber referente aos autos de infração. O cálculo do ajuste para perdas foi baseado no histórico de recebimentos passados.

Nesta metodologia, a perda estimada é calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se este resultado do saldo atualizado da conta de valores a receber, conforme macrofunção nº 020342.

5.4 Mudanças na Estrutura Administrativas

O Decreto nº 11.332, de 01/01/2023, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura e Pecuária e remaneja cargos em comissão e funções de confiança e em 17 de abril de 2024 este decreto foi alterado pelo decreto nº 11.998.

5.5 Partes Relacionadas

5.5.1. Definição:

5.5.1.1 Parte relacionada

Segundo o MCASP 10^a edição, parte relacionada é a pessoa (física ou jurídica) que está relacionada com a entidade que elabora as demonstrações contábeis. São exemplos de partes relacionadas: entidades controladoras, controladas, coligadas; entidades que detenham influência significativa; grupo econômico ou sociedades do mesmo grupo; pessoal-chave da administração e membros próximos da família do pessoal-chave da administração pois, segundo a norma, são capazes de influenciar nas transações com a entidade.

Portanto, consideram-se parte relacionada àquela que tem a capacidade de controlar a outra ou exercer influência significativa sobre as decisões financeiras e operacionais, ou ainda, a existência de entidades sujeitas ao controle comum.

Por outro lado, NÃO estão incluídas no conceito de partes relacionadas: a. Entidades que proporcionam financiamento no exercício de seus negócios e sindicatos no curso normal de suas atividades com uma entidade, tendo em vista apenas essas negociações (apesar de eles restringirem a liberdade de ação da entidade ou participarem no processo de tomada de decisão); e b. Entidade cujo relacionamento é apenas de agente (intermediário).

5.5.1.2. Transação com partes relacionadas

É a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes, independentemente da cobrança de contrapartida. Excluem-se dessas transações aquelas realizadas com qualquer outra

entidade que seja parte relacionada somente por causa de sua dependência econômica em relação à entidade que reporta ou em relação ao Governo da qual faz parte.

5.5.1.3. Influência significativa

É o poder de participar das decisões políticas financeiras e operacionais da entidade sem que haja o controle dessas políticas. Em relação ao direito de propriedade, o conceito de presunção da existência de influência significativa encontra-se definido no Capítulo de Investimentos em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (ECC), do MCASP 9º edição.

5.5.1.4. Pessoal-Chave da Administração

Inclui todos os diretores ou membros do corpo administrativo que, no nível do Governo como um todo, pode consistir dos representantes eleitos ou nomeados (por exemplo, presidente, governador ou prefeito, ministros ou secretários, deputados ou vereadores, conselheiros ou nomeados em cargos de confiança), os quais possuem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades, bem como são os responsáveis pelo gerenciamento de recursos e alcance, de maneira geral, dos objetivos da entidade. Quando a entidade está sujeita à supervisão de representante eleito ou nomeado pelo corpo administrativo do Governo, esse representante deve ser incluído no pessoal-chave da administração, se a função de supervisão incluir a autoridade e a responsabilidade de planejamento, direção e controle das atividades da entidade.

Sobre os assessores-chave desses representantes, o julgamento é exigido na avaliação a fim de considerar se o indivíduo é assessor chave e se satisfaz à definição de pessoal chave da administração ou parte relacionada. Atribuições legais definidas, acesso a informações privilegiadas, relação de trabalho especial com aquele que possui o controle da entidade, podem ser alguns dos critérios verificados ao avaliar se o assessor-chave também pode exercer controle ou influência significativa sobre a entidade.

Em algumas jurisdições, empregados públicos do Governo não tem suficiente autoridade e responsabilidade para se qualificarem como pessoal-chave da administração do Governo como um todo (conforme definido nesta Norma). Nessas situações, o pessoal-chave da administração deve consistir apenas dos membros nomeados para o corpo administrativo que detenham a maior responsabilidade pelo Governo, por exemplo, Ministros de Estado. A alta administração de entidade econômica pode compreender indivíduos tanto da controladora quanto de outras entidades que, coletivamente, formam a entidade econômica.

5.1.1.5. Membros próximos da família do Pessoal-Chave da Administração

São os parentes próximos ou imediatos da família do indivíduo considerados capazes de influenciá-lo nas transações com a entidade. Embora haja necessidade do julgamento subjetivo para determinar se o indivíduo é considerado membro próximo da família, presume-se que os parentes próximos discriminados abaixo, tenham ou estejam sujeitos a tal influência de forma a satisfazer à definição da norma: a. Cônjugue, companheiro (a), filho (a) dependente ou parente vivendo na mesma residência; b. Avô (ó), pai (mãe), filho (a) não dependente, neto (a), irmão ou irmã; e c. Cônjugue ou companheiro (a) de filho (a), sogro (a), cunhado (a).

5.1.2. MAPA – Pessoal-Chave da Administração

A alta administração do órgão do MAPA participa dos seguintes colegiados:

RELATÓRIO DE PARTES RELACIONADAS EM COLEGIADOS DO MAPA

27 CONSELHOS						
NOME DO ÓRGÃO COLEGIADO	ATO DE CRIAÇÃO	VINCULO	ASSENTOS TOTAL	ASSENTOS MAPA	ATUAÇÃO	NOME DO REPRESENTANTE
CONSELHO CONSULTIVO DA ANVISA	DECRETO NO 3.029, DE 16 DE ABRIL DE 1999	ANVISA	13	1	TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ANATER (CDA)	DECRETO Nº 8.252 DE 26 DE MAIO DE 2014	ANATER	11	1	TITULAR	PEDRO ALVES CORRÉA NETO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SUFRAMA	DECRETO Nº 11.435, DE 10 DE MARÇO DE 2023	SUFRAMA	25	1	TITULAR	MÁRCIO CÂNDIDO ALVES
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL SUSTENTÁVEL - CDESS	DECRETO Nº 11.454, DE 23 DE MARÇO DE 2023	PR	166	0	PONTO FOCAL	CLEBER OLIVEIRA SOARES
CONSELHO DE GOVERNO	LEI Nº 9.649, DE 27 DE MAIO DE 1998	PR	39	1	TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
CONSELHO DELIBERATIVO DA APEX-BRASIL	DECRETO Nº 4.584, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2003	APEX-BRASIL	12	1	TITULAR	LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA
CONSELHO DELIBERATIVO DA POLÍTICA DO CAFÉ - CDPC	DECRETO Nº 10.071, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019	MAPA	14	3	PRESIDENTE	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
					SUPLENTE	IRAJÁ REZENDE DE LACERDA
					TITULAR	WILSON VAZ DE ARAÚJO
					SUPLENTE	JOSÉ MARIA DOS ANJOS
					TITULAR	SILVIO FARNESE
					SUPLENTE	JANAÍNA MACEDO FREITAS
					SUPLENTE	AGUINALDO JOSÉ DE LIMA
CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA CONDEL/SUDAM	LEI COMPLEMENTAR Nº 124, DE 3 DE JANEIRO DE 2007	SUDAM	28	1	TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
					SUPLENTE	IRAJÁ REZENDE DE LACERDA
CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - CONDEL/SUDECO	LEI COMPLEMENTAR Nº 129, DE 8 DE JANEIRO DE 2009	SUDECO	20	1	TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
					SUPLENTE	IRAJÁ REZENDE DE LACERDA
CONSELHO DELIBERATIVO DO SENAR	DECRETO NO 566, DE 10 DE JUNHO DE 1992; LEI Nº 8.315, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991	CNA	17	1	TITULAR	CARLOS ERNESTO AUGUSTIN
					SUPLENTE	CLEBER OLIVEIRA SOARES
CONSELHO DELIBERATIVO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CONSIPAM	DECRETO Nº 9.829, DE 10 DE JUNHO DE 2019	MD	11	1	TITULAR	IRAJÁ REZENDE DE LACERDA
					SUPLENTE	RODRIGO LOPES DE ALMEIDA
CONSELHO FISCAL DA EMBRAPA	LEI NO 5.851, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1972	EMBRAPA	3	2	TITULAR	LUIZ ANTONIO GONÇALVES RODRIGUES DE SOUZA
					SUPLENTE	IRAJÁ REZENDE DE LACERDA
					TITULAR	ROBERTO SERRONI PEROSA
					SUPLENTE	CARLOS GOULART
CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES - FUST	DECRETO Nº 11.004, DE 21 DE MARÇO DE 2022	MCOM	13	1	TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES
					SUPLENTE	ALESSANDRO CRUVINEL FIDELIS
CONSELHO NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA - CONAPE	DECRETO Nº 5.069, DE 5 DE MAIO DE 2004	MPA	61	1	TITULAR	ALLAN ROGÉRIO DE ALVARENGA
CONSELHO NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA - CNBS	LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005	PR	11	1	TITULAR	WINNIE MUNIZ BRUM
CONSELHO NACIONAL DE CIÉNCIA E TECNOLOGIA - CCT	DECRETO Nº 11.474, DE 6 DE ABRIL DE 2023	MCTI	36	1	TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
					SUPLENTE	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
					TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - CNDI	DECRETO Nº 11.482, DE 6 DE ABRIL DE 2023; DECRETO Nº 12.401, DE 13 DE MARÇO DE 2025	PR	41	1	TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
					SUPLENTE	IRAJÁ REZENDE DE LACERDA
CONSELHO NACIONAL DE FERTILIZANTES E NUTRIÇÃO DE PLANTAS - CONFERT	DECRETO Nº 11.518, DE 4 DE MAIO DE 2023; DECRETO Nº 10.991, DE 11 DE MARÇO DE 2022	MDIC	11	1	TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
					SUPLENTE	IRAJÁ REZENDE DE LACERDA
					SUPLENTE	CLEBER OLIVEIRA SOARES
CONSELHO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - CONMETRO	DECRETO Nº 9.043, DE 3 DE MAIO DE 2017; LEI Nº 5.966, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1973	MDIC	16	1	TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
					SUPLENTE	ALLAN ROGÉRIO DE ALVARENGA

NOME DO ÓRGÃO COLEGIADO	ATO DE CRIAÇÃO	VINCULO	ASSENTOS TOTAL	ASSENTOS MAPA	ATUAÇÃO	NOME DO REPRESENTANTE
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA - CNPE	DECRETO Nº 3.520, DE 21 DE JUNHO DE 2000; LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997	MME	18	1	TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
					SUPLENTE	GUILHERME CAMPOS JÚNIOR
CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA	DECRETO Nº 6.272, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2007	PR	77	1	TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
					SUPLENTE	PEDRO ALVES CORRÉA NETO
CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN	LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997	MTR	12	1	TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
					SUPLENTE	PEDRO ALVES CORRÉA NETO
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA	LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981; DECRETO Nº 99.274, DE 6 DE JUNHO DE 1990	MMA	107	1	TITULAR	PEDRO ALVES CORRÉA NETO
					SUPLENTE	IVANA MERCHED OLIVEIRA GUERREIRO
CONSELHO NACIONAL DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO - SESCOOP	DECRETO Nº 3.017, DE 6 DE ABRIL DE 1999	OCB	11	1	TITULAR	IRAJÁ REZENDE DE LACERDA
					SUPLENTE	CLEBER OLIVEIRA SOARES
CONSELHO CONSULTIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL - FNDF	DECRETO Nº 11.983, DE 9 DE ABRIL DE 2024	PR	8	1	TITULAR	IZANE SOARES FERREIRA
					SUPLENTE	IVANA MERCHED OLIVEIRA GUERREIRO
CONSELHO ESTRATÉGICO DA CAMEX	DECRETO Nº 11.428, DE 2 DE MARÇO DE 2023	PR	11	1	TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
					SUPLENTE	IRAJÁ REZENDE DE LACERDA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA MINERAL - CNPM	DECRETO Nº 11.108, DE 29 DE JUNHO DE 2022	MME	18	1	TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
					SUPLENTE	IRAJÁ REZENDE DE LACERDA

28 COMITÉS						
NOME DO ÓRGÃO COLEGIADO	ATO DE CRIAÇÃO	VINCULO	ASSENTOS TOTAL	ASSENTOS MAPA	ATUAÇÃO	NOME DO REPRESENTANTE
COMITÉ DE DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO - CDPNB	DECRETO Nº 9.828, DE 10 DE JUNHO DE 2019	PR	11	1	TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
					SUPLENTE	CARLOS GOULART
COMITÉ GESTOR DA CPR FURNAS	DECRETO Nº 10.838, DE 18 DE OUTUBRO DE 2021	MIDR	9	1	TITULAR	PEDRO ALVES CORRÉA NETO
					SUPLENTE	IVANA MERCHED OLIVEIRA GUERREIRO
COMITÉ GESTOR DA CPR SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA	DECRETO Nº 10.838, DE 18 DE OUTUBRO DE 2021	MIDR	8	1	TITULAR	PEDRO ALVES CORRÉA NETO
					SUPLENTE	IVANA MERCHED OLIVEIRA GUERREIRO
COMITÉ GESTOR DO FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA - FNMC	DECRETO Nº 9.578, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018	MMA	28	1	TITULAR	CARLOS ERNESTO AUGUSTIN
					SUPLENTE	CLEBER OLIVEIRA SOARES
COMITÉ GESTOR DO FUNDO SETORIAL DO AGRONEGÓCIO - CT-AGRO	LEI Nº 10.332/2001, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 4.157/2002	MCTI	8	1	TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES
COMITÉ GESTOR DO PDA-MATOPIBA - CGPDA-MATOPIBA	DECRETO Nº 11.767, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023	PR	17	1	TITULAR	PEDRO ALVES CORRÉA NETO
					SUPLENTE	WILSON VAZ DE ARAÚJO
COMITÉ GESTOR DO PLANO BRASIL SEM FOME NO ÂMBITO DA CAISAN	DECRETO NO 11.422, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2023	PR	8	1	TITULAR	PEDRO ALVES CORRÉA NETO
					1º SUPLENTE	CARLOS GOULART
					2º SUPLENTE	ALEXANDRE DE OLIVEIRA BARCELLOS
COMITÉ GESTOR DO SEM BARREIRAS	DECRETO Nº 10.098, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019	ME	4	2	TITULAR	LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA
					TITULAR	CARLOS GOULART
					SUPLENTE	MARCEL MOREIRA PINTO
					SUPLENTE	ALLAN ROGÉRIO DE ALVARENGA
COMITÉ GESTOR INTERMINISTERIAL DO PROGRAMA NACIONAL DE CONVERSÃO DE PASTAGENS DEGRADADAS EM SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIOS E FLORESTAIS SUSTENTÁVEIS - PNCPD	DECRETO Nº 11.815, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2023	MAPA	17	1	TITULAR	CARLOS ERNESTO AUGUSTIN
					SUPLENTE	ROBERTO SERRONI PEROSA
COMITÉ INTERFEDERATIVO DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA SUASA	PORTARIA SDA/MAPA Nº 194, DE 17 DE JULHO DE 2024	MAPA	20	8	PRESIDENTE	CARLOS GOULART
					COORDENADOR	JUDI MARIA DA NÓBREGA
					TITULAR	MÁRCIO CÂNDIDO ALVES
					TITULAR	EDILENE CAMBRAIA SOARES

NOME DO ÓRGÃO COLEGIADO	ATO DE CRIAÇÃO	VINCULO	ASSENTOS TOTAL	ASSENTOS MAPA	ATUAÇÃO	NOME DO REPRESENTANTE
					TITULAR	HUGO CARUSO
					TITULAR	MARCELO DE ANDRADE MOTA
					TITULAR	JULIANA SATIE BECKER DE CARVALHO CHINO
					TITULAR	GRACIANE GONÇALVES MAGALHÃES DE CASTRO
COMITÉ INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS	DECRETO NO 11.310, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022; DECRETO Nº 12.419, DE 25 DE MARÇO DE 2025	PR	9	1	TITULAR	PEDRO ALVES CORRÊA NETO
					SUPLENTE	CLECIVALDO DE SOUSA RIBEIRO
COMITÉ INTERMINISTERIAL PARA A PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O REINO DA ARÁBIA SAUDITA	DECRETO Nº 10.184, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019	PR	10	1	TITULAR	IRAJÁ REZENDE DE LACERDA
					SUPLENTE	CLEBER OLIVEIRA SOARES
COMITÉ NACIONAL DE FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO - CONFAC (CAMEX)	DECRETO Nº 11.717, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023	ME	8	1	TITULAR	CARLOS GOULART
COMITÉ TÉCNICO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (CONDEL/SUDECO)	LEI COMPLEMENTAR Nº 129, DE 8 DE JANEIRO DE 2009	MIDR	20	1	TITULAR	WILSON VAZ DE ARAÚJO
					SUPLENTE	-
COMITÉ TÉCNICO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA POLÍTICA DO CAFÉ - CDPC	PORTARIA Nº 4, DE 7 DE JANEIRO DE 2020	MAPA	9	2	COORDENADOR	GUILHERME CAMPOS JÚNIOR
					SUPLENTE	WILSON VAZ DE ARAÚJO
					TITULAR	SILVIO FARNESE
					SUPLENTE	JANAINA MACEDO FREITAS
COMITÉ TÉCNICO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUDAM (CONDEL/SUDAM)	DECRETO Nº 8.275 DE 27 DE JUNHO DE 2014	MIDR	28	1	TITULAR	WILSON VAZ DE ARAÚJO
					SUPLENTE	JONATHAS DE ALENCAR MOREIRA
COMITÉ-EXECUTIVO DA CÂMARA DE POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	DECRETO Nº 11.962, DE 22 DE MARÇO DE 2024	MIDR	27	1	TITULAR	IRAJÁ REZENDE DE LACERDA
					SUPLENTE	CLEBER OLIVEIRA SOARES
COMITÉ-EXECUTIVO DA CÂMARA DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DO CONSELHO DE GOVERNO - CREDEN	DECRETO Nº 9.819, DE 3 DE JUNHO DE 2019	PR	17	1	TITULAR	IRAJÁ REZENDE DE LACERDA
COMITÉ NACIONAL DE MANEJO INTEGRADO DO FOGO	DECRETO Nº 12.173, DE 10 DE SETEMBRO DE 2024	MMA	30	1	TITULAR	PEDRO ALVES CORRÊA NETO
					SUPLENTE	CLECIVALDO DE SOUSA RIBEIRO
COMITÉ DE FINANCIAMENTO E GARANTIA DAS EXPORTAÇÕES - COFIG-CAMEX	DECRETO Nº 4.993, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2004	MF	6	1	TITULAR	LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA
					SUPLENTE	MARCEL MOREIRA PINTO
COMITÉ NACIONAL DE INVESTIMENTOS - CONINV	DECRETO 9.885, DE 27 DE JUNHO DE 2019	ME	13	1	TITULAR	LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA
					SUPLENTE	MARCEL MOREIRA PINTO
COMITÉ-EXECUTIVO DE GESTÃO - GECEX-CAMEX	DECRETO NO 11.428, DE 2 DE MARÇO DE 2023	ME	11	1	TITULAR	IRAJÁ REZENDE DE LACERDA
					SUPLENTE	LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA
COMITÉ INTERMINISTERIAL SOBRE A MUDANÇA DO CLIMA - CIM	DECRETO Nº 11.550, DE 5 DE JUNHO DE 2023	PR	23	1	TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
					SUPLENTE	PEDRO ALVES CORRÊA NETO
COMITÉ ORIENTADOR DO FUNDO AMAZÔNIA - COFA	DECRETO Nº 11.368, DE 1º DE JANEIRO DE 2023 ALTERA O DECRETO Nº 6.527, DE 1º DE AGOSTO DE 2008	PR	25	1	TITULAR	CARLOS ERNESTO AUGUSTIN
					SUPLENTE	PEDRO ALVES CORRÊA NETO
COMITÉ TÉCNICO INTERINSTITUCIONAL DE UMA SÓ SAÚDE	DECRETO Nº 12.007, DE 25 DE ABRIL DE 2024	MS	22	2	TITULAR	CARLOS GOULART
					SUPLENTE	ALLAN ROGÉRIO DE ALVARENGA
					TITULAR 2	MARCELO DE ANDRADE MOTA
					SUPLENTE 2	PAOLA FRASSINETI NUNES DE OLIVEIRA
COMITÉ NACIONAL PARA A PROMOÇÃO DA CULTURA EXPORTADORA - CNPCE	DECRETO Nº 11.593, DE 10 DE JULHO DE 2023	MDIC	6	1	TITULAR	LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA
					SUPLENTE	FILIPE GUERRA LOPES
COMITÉ PERMANENTE DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS - CONDRAF	RESOLUÇÃO Nº 8, DE 23 DE JULHO DE 2024	MDA	42	1	TITULAR	MARCEL MOREIRA PINTO
					SUPLENTE	FREDERIQUE ROSA E ABREU

NOME DO ÓRGÃO COLEGIADO	ATO DE CRIAÇÃO	VINCULO	ASSENTOS TOTAL	ASSENTOS MAPA	ATUAÇÃO	NOME DO REPRESENTANTE
COMITÉ GESTOR DO PROGRAMA NACIONAL DE FLORESTAS PRODUTIVAS	PORTARIA INTERMINISTERIAL MDA/MMA Nº 6, DE 18 DE MARÇO DE 2025	MMA	7	1	TITULAR	PEDRO ALVES CORRÉA NETO
					SUPLENTE	IVANA MERCHED OLIVEIRA GUERREIRO

7 COMISSÕES						
NOME DO ÓRGÃO COLEGIADO	ATO DE CRIAÇÃO	VINCULO	ASSENTOS TOTAL	ASSENTOS MAPA	ATUAÇÃO	NOME DO REPRESENTANTE
COMISSÃO DE GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS - CGFLOP	DECRETO Nº 11.957, DE 21 DE MARÇO DE 2024	MMA	26	1	TITULAR	PEDRO ALVES CORRÉA NETO
COMISSÃO ESPECIAL DE RECURSOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA - PROAGRO - CER-PROAGRO	DECRETO Nº 10.124, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019	MAPA	5	1	PRESIDENTE	GUILHERME CAMPOS JÚNIOR
COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PLANO SETORIAL PARA CONSOLIDAÇÃO DE UMA ECONOMIA DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO NA AGRICULTURA - CENABC	DECRETO Nº 10.431, DE 20 DE JULHO DE 2020; RESOLUÇÃO Nº 1, DE 11 DE MARÇO DE 2025	MAPA	16	5	PRESIDENTE	PEDRO ALVES CORRÉA NETO
					SUPLENTE	JOÃO CRESCÊNCIO ARAGÃO MARINHO
					TITULAR	BRUNO DOS SANTOS ALVES FIGUEIREDO BRASIL
					SUPLENTE	RODRIGO MOREIRA DANTAS
					TITULAR	CLECIVALDO DE SOUSA RIBEIRO
					SUPLENTE	SILVIA REGINA SILVA DE OLIVEIRA BENTO
					TITULAR	IVANA MERCHED OLIVEIRA GUERREIRO
					SUPLENTE	FLAVIO TADEU COSTA SILVA
					TITULAR	JOÃO CLAUDIO DA SILVA SOUZA
					SUPLENTE	JONATHAS DE ALENCAR MOREIRA
COMISSÃO INTERMINISTERIAL PERMANENTE DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO	DECRETO Nº 11.367, DE 1º DE JANEIRO DE 2023	MMA	19	1	TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR - CIRM	DECRETO Nº 9.858, DE 25 DE JUNHO DE 2019	MB			SUPLENTE	IRAJÁ REZENDE DE LACERDA
COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL - CON DA CONFERÊNCIA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA - CNMA - COM-CNMA	PORTARIA GM/MMA Nº 1.016, DE 18 DE MARÇO DE 2024	MMA	52	1	TITULAR	RENATA BUENO MIRANDA
COMISSÃO NACIONAL DE GEOINFORMAÇÃO - CONGEO	PORTARIA GM/MPO Nº 32, DE 14 DE MARÇO DE 2025	MPO			SUPLENTE	BRUNO DOS SANTOS ALVES FIGUEIREDO BRASIL
					TITULAR	PEDRO ALVES CORRÉA NETO
					SUPLENTE	LUIS FERNANDO MAGNANI DE OLIVEIRA
					SUPLENTE	ALESSANDRO CRUVINEL FIDELIS

5 CÂMARAS						
NOME DO ÓRGÃO COLEGIADO	ATO DE CRIAÇÃO	VINCULO	ASSENTOS TOTAL	ASSENTOS MAPA	ATUAÇÃO	NOME DO REPRESENTANTE
CÂMARA DE INOVAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE INOVAÇÃO	DECRETO Nº 10.534, DE 28 DE OUTUBRO DE 2020	MCTI	11	1	TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES
					SUPLENTE	SIBELLE DE ANDRADE SILVA
CÂMARA DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DO CONSELHO DE GOVERNO - CREDEN	DECRETO Nº 9.819, DE 3 DE JUNHO DE 2019	PR	13	1	TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CAISAN	DECRETO Nº 11.422, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2023	PR	20	1	TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
					1º SUPLENTE	PEDRO ALVES CORRÉA NETO
					2º SUPLENTE	CARLOS GOULART
CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO DO COMITÉ INTERFEDERATIVO CIF - CTEI	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.154, DE 01/01/2023	MMA	0	1	TITULAR	HZANE SOARES FERREIRA
					SUPLENTE	MIRNA LUCIA DE ALMEIDA CORREA

NOME DO ÓRGÃO COLEGIADO	ATO DE CRIAÇÃO	VINCULO	ASSENTOS TOTAL	ASSENTOS MAPA	ATUAÇÃO	NOME DO REPRESENTANTE
CÂMARA DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO MÁQUINA A MÁQUINA E INTERNET DAS COISAS - CÂMARA-IOT	DECRETO DE 9.854/2019	PR	5	1	TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES
					SUPLENTE	RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO

2 SUBCOMISSÕES/SUBCOMITÉS						
NOME DO ÓRGÃO COLEGIADO	ATO DE CRIAÇÃO	VINCULO	ASSENTOS TOTAL	ASSENTOS MAPA	ATUAÇÃO	NOME DO REPRESENTANTE
SUBCOMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DE PREVENÇÃO E CONTROLE DOS DESMATAMENTOS E QUEIMADAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA - PPCDAM	DECRETO N° 11.367, DE 1º DE JANEIRO DE 2023	PR	13	1	TITULAR	RENATA BUENO MIRANDA
					SUPLENTE	PEDRO ALVES CORRÊA NETO
SUBCOMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DE AÇÃO PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DAS QUEIMADAS NO BIOMA CERRADO - PPCERRADO	DECRETO N° 11.367, DE 1º DE JANEIRO DE 2023	PR	13	1	TITULAR	PEDRO ALVES CORRÊA NETO
					SUPLENTE	LIZANE SOARES FERREIRA

4 GRUPOS						
NOME DO ÓRGÃO COLEGIADO	ATO DE CRIAÇÃO	VINCULO	ASSENTOS TOTAL	ASSENTOS MAPA	ATUAÇÃO	NOME DO REPRESENTANTE
GRUPO ASSESSOR DO OMBUDSMAN DE INVESTIMENTOS DIRETOS DA CAMEX	DECRETO N° 8.863, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016	PR	11	1	TITULAR	MARCEL MOREIRA PINTO
GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL SOBRE A ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GTI-OCDE	DECRETO N° 11.671, DE 30 DE AGOSTO DE 2023	PR	16	1	TITULAR	LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA
					SUPLENTE	ANDRÉA FIGUEIREDO PROCÓPIO DE MOURA
GRUPO TÉCNICO DO COMITÉ NACIONAL DE INVESTIMENTOS - GT CONINV (CAMEX)	DECRETO N° 9.885, DE 27 DE JUNHO DE 2019	PR	13	1	TITULAR	MARCEL MOREIRA PINTO
					SUPLENTE	ANDRÉ MINORU OKUBO
GRUPO DE TRABALHO COM A FINALIDADE DE SUBSIDIAR A ELABORAÇÃO DE PLANO ESTRATEGICO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA PARA RASTREABILIDADE INDIVIDUAL DE BOVINOS E BUBALINOS	PORTARIA SDA/MAPA N° 1113, DE 14 DE MAIO DE 2024	MAPA	14	3	TITULAR	CARLOS GOULART
					TITULAR	MARCELO DE ANDRADE MOTA
					TITULAR	ANDRÉA FERNANDES PEREZ NUNES

NOME - Indicam representantes que estão em processo de substituição

5.1.3. EMBRAPA

Remuneração de empregados

A política salarial da Embrapa contempla remunerações para o quadro de empregados variando entre R\$ 3 mil e R\$ 46 mil, com média salarial de R\$ 25 mil. No levantamento, foi considerada toda base remuneratória, incluindo incorporação de função gratificada, anuênio /quinquênio, função gratificada, adicional de titularidade, complementação pecuniária, horas extras, adicional de atividade jurídica e adicional de atividade jornalística. A média é calculada com base na remuneração total dos empregados na apuração dos encargos previdenciários.

Quantitativo de empregados

A quantidade de empregados contratados até 31 de março de 2025 é de 7.510.

Remuneração de dirigentes

A remuneração mensal de dirigentes é de R\$ 35,6 mil mensais cada. Os dirigentes possuem adicionais de um terço de férias e pagamento de 13º salário, além do auxílio moradia, cujo custo total no 1º trimestre de 2025 totalizou R\$ 611. Não foi praticada a remuneração variável na Embrapa nesse período.

A remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração (Consad), do Conselho Fiscal (Confis) e do Comitê de Auditoria (Coaud) é de R\$ 3,9 mil mensal cada, cujo custo total nesse período totalizou R\$ 160. Entre os membros dos conselhos, há conselheiros que atuam na Administração Federal e não há diferença remuneratória entre os membros que não pertencem à Administração Federal. Destaca-se que o Coaud é composto somente por membros independentes.

Quanto à remuneração dos conselheiros de administração e fiscais, a Embrapa cumpre com o art. 1º da Lei nº 9.292 de 12 de julho de 1996, ou seja, a remuneração não excederá a 10% da média salarial dos diretores incluídos os valores relativos à adicional de férias e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da empresa.

Entidade fechada de previdência complementar

A Embrapa coloca à disposição de seus empregados dois planos de benefícios de previdência complementar: o plano Embrapa Básico e o plano Embrapa-FlexCeres. Na Tabela demonstram-se, por plano, os valores repassados pela Embrapa e as contribuições dos participantes.

Tabela 01. Valores repassados pela Embrapa e as contribuições dos participantes (Em R\$ milhões):

Plano	Patrocinadora	Participantes	Total
Embrapa Básico	10,18	10,95	21,12
Embrapa-FlexCeres	12,52	15,80	28,32
Total	22,70	26,75	49,45

Fonte: Nota Explicativa da Embrapa

O plano Embrapa Básico, que está fechado para novas inscrições, é um plano estruturado na modalidade de benefício definido, em que o valor do benefício concedido ao assistido é reajustado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e o valor do benefício a conceder ao participante é calculado com base no salário.

O plano Embrapa-FlexCeres é um plano estruturado na modalidade de contribuição variável, em que o valor do benefício concedido ao assistido é reajustado anualmente pelo INPC, e o valor do benefício a conceder ao participante é calculado com base no saldo acumulado de contribuição (participante + patrocinadora). Os benefícios de risco são calculados com base no salário.

Os planos patrocinados pela Embrapa encerraram o mês de março de 2025 com 11.556 participantes e assistidos, sendo 7.135 no plano Embrapa Básico e 4.421 no plano Embrapa-Flex Ceres.

Tabela 02: Número de participantes (ativos e assistidos) por plano, em 31 de março de 2025. (Em R\$ mil)

Plano	Participante	Assistido	Total
Embrapa Básico	2.096	5.039	7.135
Embrapa-FlexCeres	4.131	290	4.421
Total	6.227	5.335	11.556

Fonte: Nota Explicativa da Embrapa

Plano de Saúde – Caixa de Assistência dos Empregados da Embrapa

A Caixa de Assistência dos Empregados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (CASEMBRAPA) foi constituída em outubro de 2007, como uma operadora de saúde suplementar de médio porte, no modelo de funcionamento de autogestão, com natureza assistencial, sem fins lucrativos, com sede em Brasília/DF e de abrangência em todo território nacional.

Conforme o art. 6º do Estatuto Social da Casembrapa, essa instituição tem como objetivos sociais prestar, aos seus associados, assistência suplementar à saúde; praticar ações para a prevenção de doenças, promoção, reabilitação e recuperação da saúde; celebrar convênios de reciprocidade com outras operadoras para melhor atendimento aos associados e dependentes; e, firmar convênios de cooperação técnica com a Agência Nacional de Saúde (ANS) e o Ministério da Saúde para promoção de estudos e pesquisas para o aperfeiçoamento da assistência à saúde suplementar e da autogestão.

A gestão da Casembrapa é composta pelos órgãos: Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitês Consultivos. O Conselho de Administração é o órgão de deliberação superior responsável pelo estabelecimento dos objetivos, políticas assistenciais, diretrizes fundamentais e orientações gerais de organização, operação e administração da Casembrapa. A Diretoria Executiva tem como responsabilidade a administração geral da Operadora, cabendo-lhe o cumprimento das normas legais, estatutárias e regulamentares. O Conselho Fiscal, responsável pelo controle interno, zela pela gestão econômico-financeira da Operadora. Por fim, os Comitês Consultivos têm caráter de consulta e informação nas Unidades Descentralizadas da Embrapa.

Em relação aos beneficiários do plano, o quantitativo compreendia, em 31 de março de 2025, 20.789 mil vidas, sendo associados da Embrapa e Casembrapa, cujo detalhamento no que se refere a Embrapa, será apresentado nos próximos itens.

Para atender esses beneficiários, a Casembrapa possui credenciamento direto com aproximadamente 1.733 prestadores, contemplando: clínicas, hospitais, laboratórios, médicos, centros de tratamento para dependência química, cooperativas e associações. Além disso, para atendimento nas localidades externas ao Distrito Federal, a Casembrapa possui contratos de cessão de rede com as operadoras CASSI e UNIMEDs.

Composição Da Carteira De Beneficiários

Em 31 de março de 2025, a Casembrapa possuía 20.789 beneficiários, enquadrando-se na categoria de operadora de médio porte (entre 20 mil e 100 mil). Em relação ao exercício anterior (Dez/2024), houve uma redução no número de beneficiários de aproximadamente 0,41%.

Tabela 03: Casembrapa – Despesas líquida (janeiro a março 2025)

Faixa Etária	Ativo	Inativo	Casembrapa	Total
De 0 a 18 anos	2,72	0,03	0,04	2,79
De 19 a 23 anos	0,93	0,22	0,01	1,16
De 24 a 28 anos	0,03	0,00	0,01	0,04
De 29 a 33 anos	0,13	0,01	0,07	0,21
De 34 a 38 anos	0,40	0,00	0,07	0,47
De 39 a 43 anos	1,96	0,01	0,02	1,99
De 44 a 48 anos	2,99	0,16	0,10	3,25
De 49 a 53 anos	4,12	0,10	0,02	4,24
De 54 a 58 anos	4,09	0,59	0,00	4,67
59 anos ou mais	10,63	18,59	0,00	29,22
TOTAL	28,00	19,70	0,35	48,05

Fonte: Nota Explicativa da Embrapa

A contribuição dos inativos é composta por: 6,24% sobre a última referência salarial que se encontravam vinculados na época do desligamento (por grupo familiar) + a parte patronal paga pelos Inativos: R\$ 392,63 (per capita) + coparticipação quando houver utilização.

Tabela 04: Receita realizada do plano Embrapa (janeiro a dezembro 2024) - valores em R\$ milhões

Faixa Etária	RECEITA 01/2025 A 03/2025 - EMBRAPA				TOTAL
	Ativo	Inativo	Inativo	Embrapa	
De 0 a 18 anos	0,00	0,00	0,16	7,15	7,31
De 19 a 23 anos	0,00	0,00	0,14	2,10	2,24
De 24 a 28 anos	0,00	0,00	0,01	0,09	0,10
De 29 a 33 anos	0,00	0,00	0,01	0,17	0,18
De 34 a 38 anos	0,28	0,00	0,01	0,72	1,00
De 39 a 43 anos	2,27	0,00	0,03	2,61	4,90
De 44 a 48 anos	3,57	0,02	0,09	3,31	6,99
De 49 a 53 anos	3,56	0,02	0,11	3,20	6,88
De 54 a 58 anos	3,56	0,10	0,33	3,46	7,45
59 anos ou mais	7,67	5,85	7,64	6,45	27,61
TOTAL	20,91	5,99	8,53	29,25	64,67

Fonte: Nota Explicativa da Embrapa

Faixa Etária	RECEITA 01/2025 a 03/2025 - CASEMBRAPA				TOTAL
	Ativo	Inativo	Ativo	Inativo	
De 0 a 18 anos	0,00	0,00	0,00	0,11	0,11
De 19 a 23 anos	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01
De 24 a 28 anos	0,00	0,00	0,00	0,01	0,02
De 29 a 33 anos	0,01	0,00	0,00	0,02	0,03
De 34 a 38 anos	0,02	0,00	0,00	0,04	0,07
De 39 a 43 anos	0,03	0,00	0,00	0,06	0,08
De 44 a 48 anos	0,01	0,00	0,00	0,03	0,03
De 49 a 53 anos	0,01	0,00	0,00	0,01	0,02
De 54 a 58 anos	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01
59 anos ou mais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,08	0,00	0,00	0,30	0,39

Fonte: Nota Explicativa da Embrapa

6. Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis

6.1 Balanço Patrimonial

A – Balanço Patrimonial-ATIVO CIRCULANTE:

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2025	31/12/2024	AH%	R\$ Milhões AV%
ATIVO CIRCULANTE	5.260,01	6.516,90	-19,29%	100,00%
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.393,54	5.637,79	-22,07%	83,53%
Créditos a Curto Prazo	809,40	819,77	-1,26%	15,39%
Estoques	57,06	59,33	-3,83%	1,08%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web.

O ativo circulante ocupa um percentual de 41,17% de todo o ativo. Em comparação ao mesmo período do exercício anterior nota-se que o Ativo Circulante teve uma diminuição na ordem de 19,29%. Essa redução teve relevante contribuição da conta Caixa e Equivalentes de Caixa, apresentando um decréscimo de 22,07% em relação ao exercício de 2024. Importante salientar que a referida conta corresponde a 83,53% de todo o Ativo Circulante. Seu detalhamento, com os valores que compõem o saldo de R\$ 4,394 bilhões, segue assim discriminado:

→ Caixa e Equivalentes de Caixa:

Caixa e Equivalentes de Caixa	31/03/2025		31/12/2024	
	Saldo R\$	% do total	Saldo R\$	% do total
CTU - RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	3.609,79	82,16%	4.754,72	84,34%
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO – OFSS	325,01	7,40%	215,58	3,82%
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO – OFSS	389,08	8,86%	614,43	10,90%
FUNDO DE APPLICACAO FINANCEIRA	36,42	0,83%	25,79	0,46%
BANCOS CONTA MOVIMENTO BANCOS OFICIAIS EXTER.	5,06	0,12%	5,46	0,10%
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,08	-	0,09	-
GARANTIAS	28,10	0,64%	21,73	0,39%
Totais	4.393,54	100%	5.637,79	100%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

Do total da conta Caixa e Equivalente de Caixa, 82,16% referem-se a Caixa e Equivalentes de Caixa estão na conta **CTU - Recursos da Conta Única Aplicados** e referem-se às aplicações financeiras do Órgão Funcafé na Conta Única da União.

Composição do “Caixa e Equivalente de Caixa” – no total de R\$ 4,394 bilhões

- Moeda Nacional em 31/03/2025 **R\$ 4,360 bilhões**
- Moeda Estrangeira em 31/03/2025 **R\$ 5,06 milhões**
- Valores Rest. e Vinc. Em 31/03/2025 **R\$ 28,10 milhões**

Composição do “Caixa e Equivalente de Caixa” em Moeda Nacional – no total de R\$ 4,360 bilhões

- Conta Única - Subconta do Tesouro Nacional **R\$ 3,610 bilhões**
- Bancos Conta Movimento – Demais Contas **R\$ 0,08 milhões**
- Aplicações Financeiras de Liquidez **R\$ 36,42 milhões**
- Limite de Saque Órgãos e Entidades OFSS **R\$ 714,09 milhões.**

Por Órgão	31/03/2025	31/12/2024	AH%	R\$ Milhões AV%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA	3.612,35	4.755,50	-24,04%	82,22%
MINIST. DA AGRICULTURA E PECUARIA	468,13	657,99	-28,85%	10,65%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	313,06	224,30	39,57%	7,13%
Total:	4.393,54	5.637,79	-22,07%	100,00%

Em relação à Conta Caixa e Equivalentes de Caixa por órgão, destacou-se o percentual do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ) que detém 82,22% do total da conta. Já a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), quando comparado ao exercício de 2024, foi o único órgão que apresentou crescimento, 39,57%, considerando que houve redução de 22,07% no total consolidado.

Importa lembrar que a partir de setembro de 2024 passou-se a efetuar os registros na conta de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, que dizem respeito aos Depósitos de Garantias relativas a Encargos Trabalhistas, após determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) através do item 9.2 do Acórdão TCU nº 2.717/2023.

→ Créditos a Curto Prazo

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2025	31/12/2024	AH%	R\$ Milhões
Créditos a Curto Prazo	809,40	819,77	-1,26%	100,00%
CREDITOS A CURTO PRAZO	7,83	6,67	17,39%	0,97%
CLIENTES	7,83	6,67	17,39%	0,97%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	801,58	813,10	-1,41%	99,03%
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	153,40	185,12	-17,13%	8,95%
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	4,88	10,60	-53,96%	0,60%
CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO	9,01	9,01	0,00%	1,11%
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	637,35	584,87	8,97%	78,74%
AJUSTE P/PERDA DEMAIS CRED/VALOR CURTO PRAZO	-3,05	-11,02	-72,32%	-0,37%

Do total do Ativo Circulante do MAPA, 15,39% referem-se a Créditos a Curto Prazo apresentando saldo de **R\$ 809,40 milhões**, redução de 1,26% em relação a 2024.

No que diz respeito ao Ajuste para Perdas Demais Créditos/Valores a Curto Prazo, os valores foram calculados por meio de uma metodologia instituída com base na média estimativa baseada no levantamento de valores que representam a expectativa dos ingressos de créditos a receber provenientes dos registros de multas resultantes dos autos de infração aplicados pelo MAPA.

Apesar do percentual ter crescido em relação exercício para o anterior, a conta Clientes torna-se pouco significativa na composição do saldo dos créditos a curto prazo. Por outro lado, as contas Adiantamentos Concedidos e Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo compreendem as maiores relevâncias em termos absolutos. Esses valores se originam, em sua maior parte, de adiantamentos concedidos a pessoal por parte da EMBRAPA e do próprio MAPA, além de créditos decorrentes de infrações legais e contratuais, como também de Adiantamentos de Termos de Execução Descentralizada (TEDs).

→ Demais Créditos e Valores de Curto Prazo:

Adiantamentos Concedidos:

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2025	31/12/2024	AH%	R\$ Milhões
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	153,40	185,12	-17,13%	100,00%
13 SALARIO – ADIANTAMENTO	50,29	71,40	-29,57%	32,78%
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	44,47	62,11	-28,40%	28,99%
ADIANTAMENTO DE VIAGENS	0,00	-	-	0,00%
SALÁRIOS E ORDENADOS	2,70	2,50	8,00%	1,76%
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS – INTER OFSS	0,00	-	-	0,00%
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS INTRA OFSS	0,00	-	-	0,00%
ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	43,77	36,34	20,45%	28,53%
ADIANTAMENTO CONCEDIDO – SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,37	0,03	1.133,33%	0,24%
ADIANTAMENTOS A UNIDADES E ENTIDADE	11,79	12,73	-7,38%	7,69%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

Outros Créditos a Receber:

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2025	31/12/2024	AH%	R\$ Milhões AV%
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	637,35	619,40	2,90%	100,00%
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	11,68	12,51	-6,63%	1,83%
OUTROS CRED A REC E VALORES A CP - INTRA OFSS	625,67	606,89	3,09%	98,17%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

Órgão	31/03/2025	31/12/2024	AH%	R\$ Milhões AV%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA	38,27	38,49	-0,57%	6,00%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	13,40	14,38	-6,81%	2,10%
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	585,68	566,52	3,38%	91,89%
Total	637,35	619,40	2,90%	100,00%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

O saldo de Outros Créditos a Receber e Valores de Curto Prazo – Intra OFSS encontra nos Termos de Execução Descentralizada (TEDs) sua maior parcela, que sozinhos respondem por 98,17% do total do grupo.

Outro ponto que merece destaque é o atendimento, por parte do Ministério da Agricultura (MAPA), às recomendações feitas em processo de Auditoria promovido pela Controladoria Geral da União (Processo 21000.126050/2022-18 – Recomendação de Auditoria nº 1277033). Foi a partir do cumprimento dessas recomendações que os autos de infração passaram a ser registrados no SIAFI. Os respectivos valores são inseridos mensalmente no último dia do mês, através dos saldos levantados do sistema SICAR, proporcionando maior controle dos ativos a receber oriundos de infrações e multas aplicadas no âmbito da agricultura e pecuária.

→ Estoque:

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2025	31/12/2024	AH%	R\$ Milhões AV%
ESTOQUES	57,06	59,33	-3,82%	100,00%
MERCADORIAS PARA REVENDA	3,20	3,07	4,23%	5,61%
PRODUTOS E SERVICOS ACABADOS	2,23	2,61	-14,56%	3,91%
PRODUTOS E SERVICOS EM ELABORACAO	0,34	0,34	0,00%	0,60%
MATERIAIS EM TRANSITO	0,00	0,00	0,00%	0,00%
ALMOXARIFADO	43,34	44,90	-3,47%	75,96%
OUTROS ESTOQUES	7,95	8,41	-5,47%	13,93%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

A conta Estoque apresentou um leve decréscimo em relação ao exercício anterior, com redução de 3,82% do seu total. A conta Almoxarifado, assim como em 2024, continua com a maior representatividade na composição do saldo de Estoque, abarcando 75,96% do total da conta.

Órgão	31/12/2024	31/12/2023	% AH	R\$ Milhões % AV
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	16,95	17,34	-2,28%	28,56%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	42,39	42,54	-0,36%	71,44%
Total	59,33	59,87	-0,90%	100,00%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

Em análise dos Estoques sob a perspectiva da composição do saldo entre os órgãos, a EMBRAPA concentra a maior participação da conta, que representa o percentual de 69,63% de todo o grupo.

B-Balanço Patrimonial- ATIVO NÃO CIRCULANTE:

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2025	31/12/2024	AH%	R\$ Milhões AV%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	7.517,57	11.969,38	-37,21%	100,00%
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.979,91	7.393,30	-59,69%	39,64%
Investimentos	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Imobilizado	4.446,75	4.483,38	-0,82%	59,15%
Intangível	90,91	92,69	-1,92%	1,21%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

O Ativo Não Circulante representa 58,83% do total do Ativo e houve uma baixa em seu saldo, na casa de 37,21%, em relação a 2024. A conta de Ativo Realizável a Longo que em 2024 apresentava a maior representatividade, sofreu uma redução significativa no período em análise, na ordem de 59,69%.

Cumpre ressaltar que essa diminuição foi diretamente ocasionada em virtude da realização, no primeiro trimestre de 2025, do registro de ajuste de perdas estimadas referentes aos empréstimos concedidos a receber do FUNCAFÉ, em conta redutora do ativo, no valor de R\$ 4.262.892.238,59 (quatro bilhões duzentos e sessenta e dois milhões oitocentos e noventa e dois mil duzentos e trinta e oito reais e cinquenta e nove centavos) cujo valor foi calculado com base no histórico contábil dos últimos três exercícios conforme metodologia estabelecida na [Macrofunção 020342 – AJUSTES PARA PERDAS ESTIMADAS](#).

➔ Ativo realizável a Longo Prazo

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2025	31/12/2024	AH%	R\$ Milhões AV%
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.979,91	7.393,30	-59,69%	100,00%
CREDITOS A LONGO PRAZO	2.482,93	6.912,03	-64,08%	83,32%
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	496,97	481,27	3,26%	16,68%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

➔ Créditos a Longo Prazo – Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2025	31/12/2024	AH%	R\$ Milhões AV%
CREDITOS A LONGO PRAZO	2.482,93	6.912,03	-64,08%	100,00%
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	2.281,59	6.710,68	-66,00%	91,89%
FATURAS/DUPLOC A RECEBER - ESTOQUE PROPRIO	201,35	201,35	0,00%	8,11%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

➔ Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Órgão	31/03/2025	31/12/2024	AH%	R\$ Milhões AV%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA	6.544,48	6.710,68	-2,47%	100,00%
Total	6.544,48	6.710,68	-2,47%	100,00%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

Os empréstimos e Financiamentos Concedidos apresentaram um queda na ordem de 2,47% em relação ao ano de 2024, com o **Funcafé** concentrando a totalidade da concessão dos empréstimos. Uma vez que o **Funcafé** assumiu com exclusividade a carteira de créditos e financiamentos a longo prazo do MAPA, é importante destacar que os recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira são destinados a financiamentos à cafeicultura em linhas de crédito para o Custeio das lavouras, Comercialização e Aquisição de Café, Capital de Giro para Indústrias e Cooperativas, e para recuperação de cafezais danificados por intempéries climáticas.

O público-alvo são cafeicultores e suas cooperativas, indústrias de café torrado, moído e de solúvel, torrefadores e exportadores. Os recursos chegam a esse público por meio de instituições financeiras que firmam contrato com o MAPA. As condições para a concessão dos financiamentos (taxas, itens negociáveis, parcelas, prazo de carência, liberação do crédito beneficiários, etc.) são estabelecidas em Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e consolidadas nos capítulos 9 e 7, Seção 5 do Manual de Crédito Rural.

Importa ressaltar o fato de que as diversas linhas de crédito em plena execução podem ser encontradas no painel disponibilizado com dados e informações recentes contendo os valores contratados, liberados e disponíveis, com percentuais que possibilitam a qualquer interessado acompanhar o nível de recursos aplicados, a quantidade de beneficiários atendidos, os valores aplicados por linhas de crédito ou por unidade da federação. As informações do painel do Funcafé podem ser encontradas através do seguinte link de acesso: [Indicadores-MAPA](#)

Através de sua página na internet [MAPA-Funcafé](#) especificamente no que diz respeito às suas políticas agrícolas vigentes, o Funcafé disponibiliza também para acesso de quaisquer usuários, a execução orçamentária, suas receitas, liberações de recursos, os Termos de Execução Descentralizada (TEDs) e convênios firmados.

→ Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Órgão	31/03/2025	31/12/2024	AH%	AV%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	395,98	386,59	2,43%	79,68%
MINIST. DA AGRICUL. PECUARIA E ABASTECIMENTO	99,54	93,23	6,77%	20,03%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA	1,45	1,45	0,00%	0,29%
Total	496,97	481,27	3,26%	100,00%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2025	31/12/2024	AH%	AV%
OUTROS CREDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO	13,75	13,75	0,00%	100,00%
CRED A RECEBER POR ACERTO FINAN C/SERV E EX-SERV	3,64	3,64	0,00%	26,47%
DUPLOCATAS E TÍTULOS EM CONTENCIOSO	8,64	8,64	0,00%	62,84%
CRÉDITOS PARCELADOS	1,47	1,47	0,00%	10,69%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

A conta **Demais Créditos e Valores a Longo Prazo** sofre um aumento de 3,26% comparado ao último trimestre de 2024, consequentemente, no que diz respeito ao volume de recursos desse item, a **EMBRAPA** permanece como responsável dos valores mais significativos, detendo 79,68% de sua totalidade.

- O Imobilizado é objeto de análise à parte conforme a [Nota nº 004 - Imobilizado](#)
- O Intangível é objeto de análise à parte conforme a [Nota nº 005 - Intangível](#);

C – Balanço Patrimonial - PASSIVO CIRCULANTE:

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2025	31/12/2024	AH%	AV%
PASSIVO CIRCULANTE	2.407,43	2.524,99	-4,65%	100,00%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	887,32	805,65	10,14%	36,86%
Transferências Fiscais a Curto Prazo	614,59	761,94	-19,34%	25,53%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	150,03	102,98	45,69%	6,23%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,04	0,01	300,00%	0,00%
Demais Obrigações a Curto Prazo	755,45	854,42	-11,58%	31,38%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

Dos R\$ 4,67 bilhões existentes no Passivo Exigível, 51,56% se concentram no passivo circulante, que apresentou uma redução de 4,65% em relação ao último trimestre do exercício anterior.

A movimentação mais relevante que contribuiu para essa redução foi a variação negativa de 19,34% que ocorreu nas contas de Transferências Fiscais a Curto Prazo. Esses valores representam compromissos firmados através de convênios, subvenções, valores restituíveis e contratos de repasse firmados no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).

Muito embora já tenha sido descrito no ativo circulante, merece ênfase o fato dos registros contábeis que antes constavam na conta de controle 89.711.21.00 – Controle de Provisão de Encargos Trabalhistas, após determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) através do item 9.2 do Acórdão TCU nº 2.717/2023, passarem a constar no passivo, na conta 21.881.04.06 – Depósitos Retidos de Fornecedores).

- ➔ Os Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo são objeto de análise à parte conforme a Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar;

D - Balanço Patrimonial – PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2025	31/12/2024	AH%	R\$ Milhões AV%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.261,68	2.251,21	0,46%	100,00%
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	315,86	315,86	0,00%	13,97%
Provisões a Longo Prazo	1.945,82	1.935,35	0,54%	86,03%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

O Passivo Não Circulante, que representa 48,43% do Passivo Exigível, manteve-se praticamente estável, com variação positiva de 0,46% em relação a 2024. Importa destacar que dos R\$ 1,94 bilhão das Provisões a Longo Prazo, R\$ 1 bilhão é referente a possíveis perdas tanto na esfera judicial como na via administrativa, registradas pela Secretaria de Política Agrícola através do processo STN 17944.002670/2024-99 e do processo 21000.036781/2024-26, a ser julgado por meio de ação ordinária no Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

- ➔ Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo são objeto de análise à parte conforme Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar
- ➔ As Provisões a Longo Prazo são objeto de análise à parte conforme Nota nº 003- Provisões.

E - Balanço Patrimonial – PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

ESPECIFICAÇÃO	31/12/2024	31/12/2023	AH%	R\$ Milhões AV%
Patrimônio Social e Capital Social	3.149,19	3.121,52	0,89%	22,97%
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	31,25	27,66	12,98%	0,23%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,01	-	-	0,00%
Demais Reservas	256,74	208,14	23,34%	1,88%
Resultados Acumulados	10.272,89	11.628,89	- 11,66%	74,92%
Total do Patrimônio Líquido	13.710,08	14.986,22	- 8,52%	100%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

Na análise, verifica-se que ocorreu uma estabilização no valor do Patrimônio Líquido com uma variação positiva de 0,12%. Nesse sentido, ressalta-se que o resultado do 4º trimestre apontou um prejuízo da ordem de R\$ 5.618,02 milhões, com considerável impacto dos cálculos de ajustes perdas estimadas referentes aos empréstimos concedidos a receber do FUNCAFÉ.

Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar

Ao final do 1º Trimestre de 2025, o MAPA apresentou um saldo de **R\$ 465,90 (quatrocentos e sessenta e cinco milhões e noventa mil reais)**, relacionados com Fornecedores e Contas a Pagar de curto e longo prazo, com acréscimo de 11,24% em relação a dezembro de 2024.

A seguir apresenta-se a tabela segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros de curto e longo prazo.

Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

COMPOSIÇÃO	31/03/2025	31/12/2024	AH (%)	R\$ Milhões AV (%)
Circulante (Curto Prazo)	150,03	102,98	45,68%	32,20%
Nacionais	148,22	102,98	43,93%	31,83%
Estrangeiros	1,81	0,00	1,75%	0,37%
Não Circulante (Longo Prazo)	315,86	315,86	0,00	67,80%
Nacionais	315,86	315,86	0,00	67,80%
Total	465,90	418,84	11,24%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Quanto ao Curto Prazo, verifica-se um acréscimo de 11,24% em relação a dezembro 2024.

Para os Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo e Longo Prazo em 31/03/2025 o saldo relevante é Fornecedores Nacionais de Longo Prazo, do órgão contratante FUNCAFÉ. Porém, observa-se que um acréscimo no trimestre do Curto Prazo de 32,20%.

Na Tabela 02 está discriminado o percentual por órgão, sendo um aumento de 20,06% pelo Mapa e 12,14% pela Embrapa, justificando o acréscimo no Curto Prazo especificado na Tabela 01 de 32,20%. O aumento está representado em novas obrigações descritas na Tabela 03.

Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão.

Órgão	31/03/2025	31/12/2024	AH (%)	R\$ Milhões AV (%)
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	93,47	71,79	30,19%	20,06%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA	315,86	315,86	0,00%	67,80%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	56,57	31,18	55,11%	12,14%
Total	465,90	418,84	11,24%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Na tabela apresentada a seguir, com data-base de 31/03/2025, estão discriminados os fornecedores mais significativos do Mapa com seus respectivos saldos.

Tabela 03 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

FORNECEDORES	31/03/2025	AV (%)
BANCO DO BRASIL SA	315,86	67,80%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	57,35	12,31%
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIAÇÃO	9,67	2,07%
PLUXEE BENEFICIOS BRASIL S/A	9,12	1,96%
CAIXA DE ASSISTENCIA DOS EMPREGADOS DA EMBRAPA	7,75	1,66%
MAQCAMPO SOLUÇÕES AGRICOLAS S/A	6,02	1,29%
XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	3,48	0,75%
NMQ COMERCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	3,16	0,68%
HITSS DO BRASIL SERVIÇOS TECNOLOGICOS LTDA	2,44	0,52%
HEPTA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA	2,22	0,48%
Demais Fornecedores	48,83	10,48%
Total	465,90	100%

Fonte: Tesouro Gerencial

Conforme ilustra a tabela acima, que elenca as obrigações mais expressivas do MAPA – Órgão Superior, o valor a pagar ao fornecedor Banco do Brasil, no valor de R\$ 315,86 milhões, representa 67,80% de todas as obrigações e refere-se à obrigação de Longo Prazo do órgão contratante Funcafé.

Esse valor de R\$ 315,86 milhões (sem correção monetária) foi registrado no exercício de 2013 e trata-se de reconhecimento de dívida sem suporte orçamentário referente ao contrato de “DAÇÃO EM PAGAMENTO” para prestação de serviços de administração de créditos celebrado entre o Funcafé e o Banco do Brasil para o acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento agrícola cujos créditos foram objeto de dação em pagamento à União, de acordo com a Medida Provisória nº 2.196- 3, de 24 de agosto de 2001.

O órgão do Funcafé informou que o valor foi judicializado em junho de 2015, no TRF – 1º Região no processo nº 0035446-59.2015.4.01.3400, e que, em 30 de junho de 2023, foi proferida sentença julgando procedente o pedido para condenar a União ao pagamento da dívida confessada no Instrumento de Reconhecimento de Dívida (R\$ 361.788.835,35 - trezentos e sessenta e um milhões, setecentos e oitenta e oito mil, oitocentos e trinta e cinco reais e trinta e cinco centavos - atualizados até 19 de junho de 2015), com a devida atualização e juros de mora até a data do efetivo pagamento e que no dia 15 de setembro de 2023, os autos foram remetidos ao Tribunal, pois a União apresentou recurso (apelação) em face da sentença. O Banco do Brasil apresentou contrarrazões à apelação da União. Os autos estão conclusos para decisão judicial desde o dia 18 de dezembro 2023. Conforme andamento processual, os autos permanecem aguardando julgamento pelo Tribunal em grau de recurso, em dezembro 2024.

Com relação à obrigação com a Caixa Econômica Federal, o valor de R\$ 57,35 milhões (sem correção monetária) está registrado na Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação – SDI/MAPA.

A gestão do contrato de repasse é da Secretaria Executiva sendo operacionalizada pela Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração da Secretaria-Executiva, competência delegada em 23/08/2023, por meio da Portaria Mapa nº609.

Nota nº 002 - Obrigações Contratuais

De acordo com a posição do Balanço Patrimonial em 31/03/2025, no órgão Mapa, as obrigações contratuais a executar representam o valor total de **R\$ 4,548 bilhões**, valor extraído do quadro de compensações no Balanço Patrimonial.

Apresentamos tabela consolidando as obrigações contratuais referentes ao 1º Trimestre de 2025, conforme abaixo:

Tabela 01 – Obrigações Contratuais – Composição

Itens	31/03/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Serviços	3.025,57	2.020,05	49,78%	66,53%
Empréstimos e Financiamentos	1.403,81	1.321,17	6,25%	30,87%
Fornecimento de Bens	103,33	102,32	1,48%	2,21%
Seguros	5,82	6,24	-1,07%	0,01%
Aluguéis	1,94	1,86	1,04%	0,01%
Demais	7,75	7,75	0,00%	0,01%
Total	4.548	3.459	31,48%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial.

As obrigações contratuais do Mapa aumentaram 31,48% com relação a dezembro de 2024. Do total dos contratos em execução registrados, 66,53% referem-se à contratação de serviços e 30,87% tratam de Empréstimos e Financiamentos.

Vale salientar que em análise às contas de controle de contratos constatou-se que os saldos estão alongados pois as contas não estão sendo baixadas quando dos pagamentos dos fornecedores. Constatou-se, ainda, que alguns contratos de fornecimento de bens estão sendo registrados na conta de contratos de serviços. Assim sendo foi encaminhado o processo SEI nº 21000.021990/2023-94 para a Coordenação de Contratos que está em tratativas junto as áreas demandantes a fim de localizar as áreas gestoras dos contratos para que todas as baixas e ajuste sejam realizados.

Tabela 02 – Obrigações Contratuais – Por Órgão Contratante.

Órgão	R\$ Milhões			
	31/03/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	2.517,00	1.664,40	51,22%	55,34%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA	1.407,89	1.325,25	6,23%	30,95%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	623,33	469,73	32,69%	13,71%

Fonte: Tesouro Gerencial.

A tabela 02, relaciona os órgãos subordinados contratantes na data-base de 31/03/2025. O órgão **MAPA** possui maiores obrigações contratuais em torno de 55,34% do valor total das obrigações contratuais, sendo a maior parte dessas obrigações referentes a Serviços. E o **FUNCAFÉ**, com 30,95% do valor total, sendo a maioria referentes aos contratos com Empréstimos e Financiamentos.

Tabela 03 - Obrigações Contratuais – Por Contratado.

ÓRGÃO	Contratado	R\$ Milhões	
		31/03/2025	AV (%)
MAPA	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	552,81	12,15%
MAPA	XCMG – BRASIL INDÚSTRIA LTDA	356,72	7,84%
EMBRAPA	PLUXEE BENEFICIOS BRASIL S.A.	292,69	6,43%
FUNCAFÉ	BANCO BTG PACTUAL S/A	232,55	5,11%
FUNCAFÉ	BANCO INTER S/A	161,36	3,55%
FUNCAFÉ	BANCO MUFG BRASIL S/A	151,46	3,33%
FUNCAFÉ	BANCO DO BRASIL S/A	116,31	2,55%
FUNCAFÉ	COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO	111,08	2,44%
FUNCAFÉ	BANCO CITIBANK S/A	90,83	1,99%
MAPA	COMAZI TRATORES E MÁQUINAS LTDA	83,94	1,84%
DEMAIS OBRIGAÇÕES - POR CONTRATADA		2.398	52,73%
Total		4.548	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

A tabela 03 relaciona os contratados que estão com os valores mais expressivos na data-base de 31/03/2024. O contrato com valor mais expressivo é o da Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 552,81 milhões, que representa 12,15% de todas as obrigações contratuais do MAPA, seguido dos contratos XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA, PLUXEE BENEFÍCIOS BRASIL S/A, BANCO BTG PACTUAL, BANCO INTER S.A., BANCO MUFG BRASIL S/A, BANCO DO BRASIL S/A, COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTOS e BANCO CITIBANK S/A, que somam a maior parte de todas as obrigações contratuais do MAPA.

Nota nº 003- Provisões

Em 31 de março de 2025, o MAPA apresentou um saldo total de R\$ 1,946 bilhão relacionados com a provisão de longo prazo.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões do 1º trimestre 2025.

Tabela 01-Provisões-Composição.

Composição	31/03/2025	31/12/2024	R\$ Milhões AH (%)
Provisões a curto prazo	-	-	-
Provisões a longo prazo	1.945,82	1.935,35	0,54%
Total	1.945,82	1.935,35	0,54%

Fonte: Siafiweb 2025.

Provisões de Longo Prazo

As provisões de longo prazo estão distribuídas conforme as tabelas a seguir.

Tabela 02-Provisões de Longo Prazo por Órgão.

Órgãos	31/03/2025	31/12/2024	AH (%)	R\$ Milhões AV (%)
Ministério da Agricultura e Pecuária	1.000,00	1.000,00	0,00%	51,39%
Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária – Embrapa	945,82	935,35	1,12%	48,61%
Total	1.945,82	1.935,35	0,54%	100,00%

Fonte: Siafiweb 2025

No MAPA, em 31/05/2025, o valor de R\$ 1,00 bilhão, trata-se do registro de provisão para perda judicial administrativa do setor sucroalcooleiro.

Na Embrapa, na Análise Horizontal, o aumento de 1,12% é resultado da constituição de Provisão para Indenização Trabalhista; Provisão para Indenização Cível; Provisão para Indenização Tributária; Provisão para Indenização Previdenciária e Outras Provisões a Longo Prazo, totalizando 945,82 milhões.

Tabela 03 - Provisões a Longo Prazo – Composição.

Provisões	31/03/2025	31/12/2024	AH (%)	R\$ Milhões AV (%)
Riscos Trabalhistas	379,02	379,47	0,12%	9,48%
Riscos Cíveis	3,53	3,53	0,00%	0,18%
Riscos Tributários	-	-	-	-
Riscos Previdenciário	-	-	-	-
Outras	1.563,27	1.552,34	0,70%	80,34%
Total	1.945,82	1.935,35	0,54%	100,00%

Fonte: Siafi Web – 2024.

Os Riscos Trabalhistas tiveram um decréscimo de 0,12%, referente aos registros dos valores das provisões constituídas visando o pagamento de indenizações trabalhistas; e acréscimo de 0,70% para Outras Provisões, devido aos registros de atualizações monetárias dos resultados previstos na Comissão de Valores Mobiliários para o plano de saúde e para a previdência privada patrocinado pela Embrapa, e do registro de provisão para perda judicial administrativa do setor sucroalcooleiro pelo Mapa no valor de 1,00 bilhão.

As provisões relativas à Embrapa apresentaram um percentual de 48,61% em relação ao total do MAPA. As informações a seguir foram extraídas das Notas Explicativas da Embrapa referentes ao 1º trimestre de 2025.

Provisões de Longo Prazo da Embrapa

Os registros de Provisão a Longo Prazo na Embrapa apresentaram, em 31/03/2025, o saldo de R\$ 945,82 milhões, mais a composição abaixo enviada pela Assessoria Jurídica e a Tabela-Benefícios Pós Emprego:

					R\$ Milhões
Natureza Trabalhista Saldo dezembro 2024	Adições (1)	Baixas (2)	Reversões (3)	Natureza Trabalhista Saldo março 2025	
379,46	19,36	-19,65	-0,16	379,01	
Natureza Cível Saldo dezembro 2024	Adições (1)	Baixas (2)	Reversões (3)	Natureza Cível Saldo março 2025	
3,54	0,02	0,02	0,00	3,54	
Natureza Trabalhista Saldo dezembro 2024	Adições (1)	Baixas (2)	Reversões (3)	Natureza Trabalhista Saldo março 2025	
19,54	-	-	-	19,54	
Natureza Trabalhista Saldo dezembro 2024	Adições (1)	Baixas (2)	Reversões (3)	Natureza Trabalhista Saldo março 2025	
262,91	3,97	-	-7,16	266,88	
Total/dezembro: R\$ 665,45			Total/dezembro: R\$ 665,45		

(1) Adições são processos reclassificados de possíveis p/ prováveis.

(2) As baixas são referentes aos processos reclassificados de prováveis para possíveis e processos encerrados no trimestre.

(3) Estas reversões são provenientes de reclassificações ocorridas no trimestre.

(4) Estas adições são rendimentos de processos judiciais e reclassificações de possíveis p/ prováveis.

Fonte: NE-2T/2024/EMBRAPA

Descrição Sucinta dos Principais Objetos:

- **Processos de Natureza Trabalhista** - Ad. Insalubridade/ Ad. Periculosidade / Horas in itinere / Horas extras/Redução de Jornada / Incorporação de gratificação /Jornalistas / Pagamento de Premiação/Teto salarial
- **Processos de Natureza Cível** - Anulação de ato administrativo.
- **Processos de Natureza Previdenciária** - Encargos previdenciários.
- **Processos de Natureza Tributária** - Anulação de débito fiscal/Cobrança de Imposto - ITR-INSS - Secretaria da Receita Federal do Brasil - União Federal – CEF

Provisões a Longo Prazo – Composição (31/03/2025) – Benefícios Pós Emprego:

Em 31/03/2025, na UG 135037 foi registrado além das Provisões a Longo Prazo de natureza jurídica acima (Processos judiciais), houve também o reconhecimento da provisão para benefícios futuros conforme (CVM) nº 695/2012, IAS 19 (R1) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC-33, na conta Outras Provisões a Longo Prazo, conforme a composição abaixo:

Benefícios Pós Emprego	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos	R\$ Milhões
Benefícios Pós Emprego Casembrapa	276,85	A Embrapa possui, a título de benefício aos empregados, os planos de previdência Embrapa Básico e Embrapa-FlexCeres, administrados pela Ceres, e o plano de assistência médica administrado pela Casembrapa. Provisão para benefícios futuros conforme (CVM) nº 695/2012, IAS 19 (R1) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC-33. Os valores foram calculados pela Atest Consultoria Atuarial e referem-se a Casembrapa	

Fonte: Nota Explicativa da Embrapa

Risco possível da Embrapa

As ações trabalhistas referentes ao teto salarial, conforme disposto na Constituição Federal, art. 37, inciso XI, devoluções de descontos indevidos, horas extras, adicional de insalubridade, incorporação de gratificação, reenquadramento funcional, dano material e moral e outros, somam o montante total de R\$ 181,67 milhões. Em virtude da sua classificação como de “risco possível”, não foram registradas provisões para essas ações. Apesar de constarem processos de risco provável de mesmo nome e natureza, aqueles elencados como prováveis são os que já possuem alguma decisão desfavorável à Embrapa, sendo assim, sua classificação de risco foi alterada e sua provisão realizada.

Nota nº 004 - Imobilizado

O imobilizado é composto pela parte tangível (bens móveis e imóveis), a qual é preservada para a utilização em produção ou fornecimento de bens ou serviços e fins administrativos.

Seu reconhecimento se dá com base no valor de aquisição, construção ou produção, estando sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável ou reavaliação, após o reconhecimento inicial no Sistema de Controle Patrimonial – SPIUnet.

Os gastos ocorridos após a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que esses mesmos gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem esses benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31 de março de 2025, a União, por meio do MAPA, apresentou um saldo de **R\$ 4,447 bilhões**, líquidos da depreciação e amortização, que representou um decréscimo de 0,82% em relação ao 4º trimestre/2024.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo imobilizado, para o primeiro trimestre de 2025 e para o exercício de 2024

Tabela 01 – Imobilizado – Composição

	R\$ Milhões		
	31/03/2025	31/12/2024	AH (%)
Bens Móveis	987,02	974,87	1,25%
(+) Valor Bruto Contábil	2.233,44	2.193,82	1,81%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(1.223,00)	(1.195,53)	2,30%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	(23,42)	(23,42)	0
Bens Imóveis	3.459,74	3.508,51	-1,39%
(+) Valor Bruto Contábil	3.906,43	3.948,95	-1,08%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(446,70)	(440,44)	1,42%
Total	4.446,76	4.483,38	-0,82%

Fonte: Tesouro Gerencial dezembro/2024

Bens Móveis

Os Bens Móveis em 31/03/2025 totalizavam em R\$ 987,02 milhões, líquidos de depreciação/redução ao valor recuperável e distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 02 – Bens Móveis – Composição

Bens Móveis - Composição	31/03/2025	31/12/2024	R\$ Milhões AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.111,34	1.090,05	1,95%
Bens de Informática	419,45	422,17	-0,64%
Veículos	378,09	378,91	-0,22%
Móveis e Utensílios	209,39	210,04	-0,31%
Demais Bens Móveis	51,09	40,98	24,67%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	28,42	28,41	0,05%
Bens Móveis em Andamento	16,69	18,87	-11,53%
Semeadores e Equipamentos de Montaria	3,77	3,87	-2,46%
Bens Móveis em Almoxarifado	15,18	0,52	2.818,27%
Depreciação / Amortização Acumulada	(1.223,00)	(1.195,53)	2,30%
Redução ao Valor Recuperável	(23,42)	(23,42)	0
Total	987,02	974,87	1,25%

Fonte: Tesouro Gerencial março/2025

Conforme tabela acima, a conta bens móveis em almoxarifado, apresentou um aumento expressivo de 2.818,27% em relação ao trimestre anterior. Essa variação refere-se à conta contábil Estoque Interno. Esse aumento decorre de mudanças no procedimento de liquidação no sistema de contratos, que impactaram significativamente o saldo da conta. Devido à nova rotina, a adaptação está em andamento e, posteriormente, essa movimentação será reclassificada para as contas patrimoniais devidas.

No fechamento do 1º trimestre de 2025, foi registrado no grupo Bens Móveis o valor de R\$ 24,68 milhões na conta de bens não localizados, representando um aumento de 70% em relação ao último trimestre de 2024.

Esse acréscimo se deve, principalmente, à inclusão de bens que não foram localizados durante o fechamento do inventário patrimonial, sendo o valor mais expressivo concentrado na Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira do MAPA. Além disso, contribuíram para essa variação os ajustes realizados no Sistema de Administração do Patrimônio – SIADS, especialmente na Superintendência Federal de Agricultura e Pecuária de São Paulo (SFA/SP), onde também foram registrados valores relevantes de bens não localizados.

No Processo SEI nº 21000.004025/2017-17 as Unidades Descentralizadas da Administração Direta envolvidas se comprometeram, inclusive com prazos, com as respectivas apurações de responsabilidades dos saldos remanescentes da conta de Bens Não Localizados dos bens oriundos do Ministério da Pesca.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União, em 31/03/2025, totalizavam R\$ 3,460 bilhões, líquidos de depreciação/amortização.

Tabela 03 – Bens Imóveis – Composição por Órgãos

Órgão UGE	MAPA		EMBRAPA		TOTALS		R\$ Milhões AH%
Contas	Mar/25	Dez/24	Mar/25	Dez/24	Mar/2025	Dez/24	Mar/25
Bens de Uso Especial	2.893,99	2.948,15	531,65	530,36	3.425,64	3.478,51	-1,52%
Bens Imóveis em Andamento	18,22	17,41	113,42	108,95	131,64	126,35	4,18%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	1,37	1,37	217,59	216,68	218,95	218,05	0,41%
Instalações	19,89	19,78	110,31	106,27	130,20	126,05	3,29%
Depr./Amort. Acum Bens Imov.	(8,60)	(8,37)	(438,10)	(432,08)	(446,70)	(440,45)	1,42%
Total	2.924,87	2.978,33	534,87	530,18	3.459,74	3.508,51	-1,39%

Fonte: Tesouro Gerencial março/2025

Observa-se, no quadro acima, uma involução de 1,39% do saldo total em relação a dezembro de 2024.

Tabela 03.a – Bens Imóveis – Composição Total

Bens Imóveis – Composição	31/03/2025	31/12/2024	AV
Bens de Uso Especial	3.425,64	3.478,50	99,01%
Bens Imóveis em Andamento	131,64	126,35	3,80%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	218,95	218,05	6,33%
Instalações	130,20	126,05	3,76%
Depreciação / Amortização Acumulada – Bens Imóveis	(446,70)	(440,44)	-12,91%
Total	3.459,74	3.508,51	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial março/2025

Os BENS DE USO ESPECIAL representam 99,01% do total de bens imóveis, perfazendo o montante de R\$ 3,459 bilhões a valores brutos. De acordo com a tabela ocorreu um decréscimo de 1,52% em relação ao 4º trimestre de 2024.

Em síntese, os BENS DE USO ESPECIAL, são constituídos conforme tabela a seguir:

Tabela 04 – Bens de Uso Especial – Composição

Bens de Uso Especial – Composição	31/03/2025	31/12/2024	R\$ Milhões AH (%)
Complexos, Fábricas e Usinas	1.600,03	1.600,03	0
Edifícios	896,19	917,32	-2,30%
Terrenos, Glebas	167,79	178,11	-5,79%
Imóveis Residenciais e Comerciais	89,84	90,18	-0,27%
Fazendas, Parques e Reservas	34,23	34,23	0
Imóveis de Uso Educacional	0,54	0,54	0
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	637,01	658,09	-3,20%
Total	3.425,64	3.478,50	-1,52%

Fonte: Tesouro Gerencial março/2025

Cessão de Uso, Comodato de Bens e Mercadoria de Bens em poder de Terceiros.

R\$ Milhões

ÓRGÃO	Mar/2025		ÓRGÃO	Mar/2025		ÓRGÃO	Mar/2025	
	Mar/2025	Dez/2024		Mar/2025	Dez/2024		Mar/2025	Dez/2024
MAPA	1,34	1,34	MAPA	0,00	0,00	MAPA	13,03	13,03
EMBRAPA	0,00	0,00	EMBRAPA	12,69	12,75	EMBRAPA	0,13	0,03
Total	1,34	1,34	Total	12,69	12,75	Total	13,16	13,06

Fonte: Tesouro Gerencial março/2025

Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal à Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

Foi efetuado a redução ao valor recuperável dos bens em **exercícios anteriores** no Instituto Nacional de Meteorologia/Mapa, Laboratório Federal de Defesa Agropecuária do Pará e Distritos de Meteorologia de alguns estados,

As demais unidades do órgão subordinado Mapa não fizeram os ajustes anteriores no ano de 2010.

Valores da Redução ao Valor Recuperável do Imobilizado por Órgão Subordinado	
MAPA	23,42
Total	23,42

Fonte: Tesouro Gerencial dezembro/2024

Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

A Embrapa realizou teste de recuperabilidade dos ativos (*impairment*), e foi emitida a Nota Técnica Nº 01/2025, onde concluiu-se que não foram identificadas situações que caracterizassem a necessidade de realização do teste no exercício de 2025.

O Mapa como órgão subordinado não vem realizando a redução ao valor recuperável por falta de pessoal especializado na área de patrimônio.

Nota nº 005 - Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

No MAPA não há ativos intangíveis gerados internamente e intangíveis a título gratuito a serem avaliados.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas devem ser testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva, mas o MAPA até a presente data não procedeu ao teste de recuperabilidade e não avalia anualmente se a vida útil indefinida é justificável.

Em 31/03/2025, o MAPA apresentou um saldo de R\$ 90,91 milhões relacionados ao intangível, líquidos de amortização mais os softwares não localizados. Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2025 e 2024.

Tabela 01 – Intangível – Composição.

Intangível – Composição	31/03/2025	31/12/2024	R\$ Milhões AH (%)
Software com Vida Útil Definida	138,17	137,52	0,47%
Software com Vida Útil Indefinida	17,40	16,73	4,00%
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	-	-	-
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	-	-	-
Amortização Acumulada	(66,12)	(63,02)	4,92%
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-
Softwares não localizados	1,46	1,46	0%
Total	90,91	92,69	-1,92%

Fonte: Tesouro Gerencial

Os Softwares com vida útil indefinida tiveram um acréscimo de 4% em relação ao trimestre anterior.

Tabela 02 – Adições e Baixas no Intangível – Por Órgão – no 1º Trimestre de 2025

Órgão	Conta Contábil	ADIÇÕES	BAIXAS	R\$ Milhões
MAPA	SOFTWARES – Vida Útil Definida	-	-	
	124110201 = SOFTWARES	-	-	
	SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	-	-	
EMBRAPA	SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	-	-	
	124110101 = SOFTWARES	0,27	-	
	SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	0,09	-	

Fonte: Tesouro Gerencial dezembro/2025

Os Softwares em Fase de Desenvolvimento de vida útil definida apresentam um saldo de R\$ 4.186.845,35. e a conta 1.2.4.1.1.02.02 – SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO de vida útil indefinida, apresentou um saldo de R\$ 2.819.102,94 no 1º trimestre de 2025, o qual permaneceu inalterado em relação ao 4º trimestre do ano anterior.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*.

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o Valor Contábil Líquido de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu Valor Recuperável. O Valor Recuperável é o Valor Líquido de Venda (o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação), ou o Valor em Uso (valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações), o que for maior.

Mas o MAPA não realizou o teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis, pois não dispõe de servidores especializados e qualificados para avaliar a imparidade (*impairment*) dos ativos.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

No 1º trimestre de 2025 não consta registro no MAPA de ajustes de exercícios anteriores no intangível.

6.2 Demonstrações das Variações Patrimoniais

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) no mesmo período.

Variações	31/03/2025	31/03/2024	R\$ Milhões
			AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	6.031,12	7.285,26	-17%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	11.649,14	7.296,82	60%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-5.618,02	-11,56	-48.499%

Fonte: DVP – Siafi WEB 2025

O resultado patrimonial do 1º trimestre de 2025 foi deficitário em R\$ 5,618 bilhões, representando um aumento de 48.499% em relação ao déficit registrado no mesmo período de 2024, que totalizou R\$ 11,56 milhões. A variação decorre, principalmente, do aumento nas variações patrimoniais diminutivas, com destaque para os ajustes por perdas relacionadas à desvalorização de ativos “Créditos a Receber”, no órgão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA

As Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o Mapa e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

Abaixo seguem as contas de VPA com as análises horizontal e vertical.

Grupo de contas contábeis	31/03/2025	31/03/2024	AH (%)	AV (%)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	6.031,12	7.285,26	-17%	100%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2,94	3,13	-6%	0%
Taxes	2,94	3,13	-6%	0%
Contribuições	0,72	1,05	-31%	0%
Contribuições Sociais	0,66	0,98	-33%	0%
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,05	0,07	-29%	0%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	35,84	12,65	183%	1%
Venda de Mercadorias	2,31	1,08	114%	0%
Vendas de Produtos	0,01	-	100%	0%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	33,51	11,56	190%	1%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	216,51	243,06	-11%	4%
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	96,86	92,57	5%	2%
Juros e Encargos de Mora	1,88	0,04	4600%	0%
Variações Monetárias e Cambiais	4,92	3,87	27%	0%
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	112,84	146,59	-23%	2%
Transferências e Delegações Recebidas	5.601,71	6.859,26	-18%	93%
Transferências Intragovernamentais	5.571,57	6.847,16	-19%	92%
Transferências Intergovernamentais	-0,05	-	100%	0%
Transferências das Instituições Privadas	-0,22	0,35	-163%	0%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	30,42	11,75	159%	1%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	74,67	48,68	53%	1%
Ganhos com Alienação	0,39	0,33	18%	0%
Ganhos com Incorporação de Ativos	57,67	22,85	152%	1%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	16,61	25,50	-35%	0%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	98,74	117,44	-16%	2%
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,10	-	100%	0%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	8,42	3,39	148%	0%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	90,22	114,05	-21%	1%

Fonte: Siafi Web – 2025

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias

No primeiro trimestre de 2025, o grupo “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias” totalizou R\$ 2,94 milhões, referente a taxa pelo exercício do poder de polícia, decorrente de receita de taxa cobrada por classificação obrigatória para produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, quando destinados diretamente à alimentação humana, nas operações de compra e venda do poder público e nos portos, aeroportos e postos de fronteira quando destinados para importação.

Contribuições

O grupo “Contribuições” perfaz um total de R\$ 0,72 milhões no primeiro trimestre de 2025. Neste grupo as contribuições sociais tiveram um decréscimo de 33% em relação ao exercício anterior e, é arredada pela Secretaria de Inovação, Desenvolvimento, Sustentabilidade, Irrigação e Cooperativismo – SDI.

As contribuições sociais referem-se às receitas decorrentes do adicional às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de salários dos empregados das empresas; de contribuições incidentes sobre a folha de salários pagos por pessoa natural, jurídica ou cooperativa que exerçam as atividades rurais enumeradas na Lei nº 2.613, de 23/09/1955; e da Intervenção do Domínio Econômico referente às contribuições mensais devida pelas entidades turísticas à comissão coordenadora da criação do cavalo nacional.

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Nesse grupo, que apresenta saldo de R\$ 35,84 milhões, teve aumento de 183% em comparação ao exercício financeiro anterior.

O aumento ocorreu tanto nos órgãos do Mapa e Embrapa, sendo que a Embrapa se destacou na arrecadação, somando R\$ 27,71 milhões provenientes da exploração de bens, direitos e serviço. Esse valor inclui receitas oriundas da taxa de inscrição de concurso público, serviço registro de transferência de tecnologia, apropriação de valor a receber decorrente de royalties (cultivares), entre outras.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

No primeiro trimestre de 2025, o saldo foi de R\$ 216,51 milhões, representando uma redução 11% em comparação ao mesmo período do exercício financeiro de 2024.

Essa diminuição ocorreu, principalmente, na rubrica de Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras, com destaque para o órgão do Funcafé.

Transferências e Delegações recebidas

O total de transferência no trimestre foi de R\$ 5,601 bilhões, representando 93% das Variações Patrimoniais Recebidas. Esse valor representa uma redução de 18% em relação ao mesmo período do exercício anterior, provavelmente em razão da execução orçamentária pelo critério de 1/12 avos neste trimestre, uma vez que a Lei Orçamentário foi aprovada e sancionada em abril de 2025.

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Este grupo apresentou crescimento de 53% em relação ao exercício anterior e apresentou saldo de R\$ 74,67 milhões, a conta com maior representatividade Ganhos com Incorporação de Ativos no valor de R\$ 57,67 milhões nos órgãos do Mapa e da Embrapa, sendo o Mapa responsável por 92% desse montante. Esse valor está relacionado, principalmente, ao recebimento transferência financeira para execução de Termo de Execução Descentralizada (TED), vinculados a diversos programas – com destaque para a subvenção econômica destinada à garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Neste trimestre, o grupo apresentou saldo de R\$ 98,74 milhões, representando uma redução de 16% em relação ao exercício anterior. Essa queda se deve, principalmente, à diminuição de diversas variações patrimoniais aumentativas, com destaque para redução na arrecadação de multas administrativas. Por outro lado, a rubrica da “Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas”, apresentou um acréscimo 148%, destoando da tendência do grupo. Esse aumento é resultado da reversão de perdas estimadas relativas a créditos a receber – provenientes de Autos de Infração no órgão do MAPA – e das reversões de provisões trabalhistas e cíveis no órgão da Embrapa.

Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorreram decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o Mapa, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

Abaixo segue as contas de VPD com as análises horizontal e vertical.

Grupo de contas contábeis	31/03/2025	31/03/2024	AH (%)	AV (%)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	11.649,14	7.296,82	60%	100%
Pessoal e Encargos	1.332,19	1.312,00	2%	11%
Remuneração a Pessoal	981,45	978,74	0%	8%
Encargos Patronais	319,46	310,85	3%	3%
Benefícios a Pessoal	31,23	22,39	39%	0%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,05	0,03	67%	0%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	553,22	574,86	-4%	5%
Aposentadorias e Reformas	326,06	350,55	-7%	3%
Pensões	218,91	217,81	1%	2%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	8,25	6,50	27%	0%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	243,02	252,34	-4%	2%
Uso de Material de Consumo	12,69	24,09	-47%	0%
Serviços	197,80	198,18	0%	2%
Depreciação, Amortização e Exaustão	32,52	30,07	8%	0%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	11,93	11,15	7%	0%
Juros e Encargos de Mora	0,08	0,03	167%	0%
Variações Monetárias e Cambiais	1,39	-	100%	0%
Descontos Financeiros Concedidos	3,50	2,89	21%	0%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	6,96	8,24	-16%	0%
Transferências e Delegações Concedidas	5.151,43	4.882,11	6%	44%
Transferências Intragovernamentais	4.993,34	4.634,39	8%	43%
Transferências Intergovernamentais	89,97	240,39	-63%	1%
Transferências a Instituições Privadas	0,03	-	100%	0%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	68,09	7,33	829%	1%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	4.348,65	236,17	1741%	37%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	4.298,53	185,17	2221%	37%
Perdas Involuntárias	1,65	0,96	72%	0%
Incorporação de Passivos	11,90	15,06	-21%	0%
Desincorporação de Ativos	36,57	34,99	5%	0%
Tributárias	0,64	0,60	7%	0%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,58	0,54	7%	0%
Contribuições	0,06	0,06	0%	0%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	1,04	0,68	53%	0%
Custo das Mercadorias Vendidas	1,04	0,68	53%	0%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	7,02	26,90	-74%	0%
Incentivos	-	0,39	-100%	-100%
Subvenções Econômicas	1,65	14,92	-89%	0%
Constituição de Provisões	3,97	9,49	-58%	0%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1,40	2,10	-33%	0%

Fonte: Siafi Web – 2024

Pessoal e Encargos

No primeiro trimestre de 2025, as despesas com remuneração de pessoal e aos encargos totalizaram R\$ 1,332 bilhões, representando 11% dos valores totais das variações patrimoniais diminutivas, conforme detalhamento na tabela a seguir:

	MAPA	EMBRAPA	TOTAL	Em milhões AV%
Remuneração de Pessoal	290,90	690,55	981,45	74%
Encargos Patronais	52,15	267,31	319,46	24%
Benefícios a Pessoal	28,53	2,70	31,23	2%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas	-	0,05	0,05	0%
Total	371,58	960,61	1.332,19	100,00%

A Remuneração de Pessoal, composta pela despesa de vencimentos e salários, gratificações, férias e 13º salário de pessoal abrangido pelo RPPS e RGPS, representou 74% do grupo de Pessoal e Encargos, perfazendo um total de R\$ 981,45 milhões no primeiro trimestre de 2025, sendo que a empresa Embrapa representa 70,36 % desse total.

O subgrupo “Benefícios a Pessoal” engloba pagamentos de caráter indenizatórios a servidores públicos, estatutários e a empregados públicos de empresas dependentes, totalizando R\$ 31,23 milhões, demonstrado na tabela abaixo:

	MAPA	EMBRAPA	TOTAL	Em milhões AV (%)
Auxílio Alimentação – RPPS	16,72	0,00	16,72	54%
Auxílio Transporte – RPPS	1,05	0,00	1,05	3%
Auxílio Moradia – RPPS	5,38	0,00	5,38	17%
Ajuda de Custo – RPPS	0,2	0,00	0,2	1%
Auxílio Creche – RPPS	0,92	0,00	0,92	3%
Indenização de Transporte - RPPS	0	0,00	0	0%
Sentenças Judiciais - RPPS	0	0,00	0	0%
Retribuição em Serviços no Exterior – RPPS	3,16	0,00	3,16	10%
Outros Benefícios a Pessoal – RPPS	0,39	0,00	0,39	1%
Auxílio Alimentação – RGPS	0,56	0,00	0,56	2%
Auxílio Transporte – RGPS	0,09	0,00	0,09	0%
Auxílio Moradia – RGPS	0,00	0,00	0,00	0%
Auxílio Creche – RGPS	0,06	2,7	2,76	9%
Outros Benefícios a Pessoal – RGPS	0,00	0,00	0,00	0%
Total	28,53	2,70	31,23	100%

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

As despesas com Benefícios Previdenciários e Assistenciais totalizaram R\$ 553,22 milhões, representando 5% dos valores totais das variações patrimoniais diminutivas, conforme detalhamento na tabela a seguir, e teve redução de 4% em relação ao exercício anterior:

	MAPA	EMBRAPA	TOTAL	Em milhões AV%
Aposentadorias e Reformas	326,06	0,00	326,06	59%
Pensões	218,91	0,00	218,91	40%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	8,25	0,00	8,25	1%
Total	553,22	0,00	553,22	100%

Uso de Bens, Serviços e Consumos de Capital Fixo

Excetuadas as despesas com pessoal e respectivos encargos, esse grupo comprehende as demais despesas necessárias à manutenção e operação da Administração Pública Federal, seja ela direta ou indireta. As despesas reconhecidas nesse tipo de atividade são as seguintes: uso de material de consumo, serviços e depreciação, amortização e exaustão.

No primeiro trimestre, registrou-se uma leve redução em relação ao mesmo período de 2024, atribuída à diminuição da rubrica “Uso de Material de Consumo”, referente ao consumo de materiais estocados e consumo imediato.

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Neste trimestre, o saldo desse grupo foi de R\$ 11,93 milhões, com acréscimo de 7%. A rubrica com maior crescimento nominal foi a de Descontos e Abatimentos Financeiros concedidos pelas Superintendências de Agricultura, referentes aos autos de infração.

Transferências e Delegações Concedidas

O grupo “Transferência e Delegações Concedidas” totalizou R\$ 5,15 bilhões no primeiro trimestre de 2025, o que representa um acréscimo de 6% em relação ao mesmo período do ano anterior. As transferências intragovernamentais financeiras concedidas correspondem 43% das Variações Patrimoniais Diminutivas.

Dentre as rubricas de maior destaque, ressaltam-se: Repasse Concedidos entre órgãos, Sub-repasso Concedidos entre unidades gestoras do Mapa e Embrapa, e Movimento de Saldos Patrimoniais.

Essas três contas representam, juntas, 87% do total do grupo de “Transferências e Delegações Concedidas”.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Este grupo apresentou um saldo de R\$ 4,34 bilhões no primeiro trimestre de 2025, o que representa 37% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas, configurando-se como o grupo de maior destaque no período.

Este resultado foi fortemente influenciado pelo aumento de 2.221%, na rubrica Reavaliação, Redução e Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas, decorrente do registro para ajustes de perdas de Empréstimos Concedidos a Receber no âmbito do órgão do Funcafé, em atendimento às recomendações do Relatório de Auditoria da CGU.

O cálculo do ajuste para perdas foi baseado no histórico de recebimentos anteriores, conforme estabelece a metodologia da macrofunção Siafi nº 020342 – Ajustes para Perdas Estimadas.

Tributárias

O grupo apresentou saldo de R\$ 0,64 milhões, registrando um aumento de 7% em relação a 2024. Essas despesas tributárias referem-se, principalmente, de impostos sobre propriedade de veículos e taxas Estaduais e Municipais.

O órgão da Embrapa se destacou como o principal responsável por essas despesas, concentrando 70% do total registrado no período.

Custo – Mercadorias, Produtos Vendidos dos Serviços Prestados

Neste trimestre, a despesa foi de R\$ 1,04 milhão, com acréscimo de 53%, devido aos custos das mercadorias vendidas no órgão da Embrapa.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Neste grupo apresentou saldo de R\$ 7,02 milhões, com decréscimo de 74 % em comparação ao mesmo período de 2024, englobando as Subvenções Econômicas e Constituição de Provisões.

No que se refere às Subvenções Econômicas, houve uma redução de 89% nesta rubrica, concentrada no órgão Mapa, em função da diminuição dos pagamentos de equalização de estoques públicos, vinculados à ação orçamentária 0299 – CONAB.

Quanto à constituição de Provisões, observou-se uma queda de 58% no período, especialmente no órgão da Embrapa, referente às provisões para Riscos Trabalhistas e Cíveis.

6.3 Balanço Orçamentário

O regime orçamentário adotado é o misto (caixa para a receita e competência para a despesa), conforme a lei nº 4.320/64, em seu art. 35º, “pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas”.

Os dados apresentados no Balanço Orçamentário são os valores do primeiro trimestre de 2025 do Ministério da Agricultura e Pecuária – Mapa, ressaltando que a Lei nº 15.121, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025, foi sancionada somente em 10 de abril de 2025.

As receitas realizadas somaram R\$ 1,681 bilhão no primeiro trimestre de 2025, conforme descrito na tabela de Receitas Realizadas abaixo:

NATUREZA DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	R\$ Milhões
RECEITAS CORRENTES	266,99
Receitas Tributárias (Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria)	2,06
Receitas de Contribuições	0,59
Receita Patrimonial	103,86
Receita Agropecuária	2,27
Receita Industrial	-
Receitas de Serviços	128,35
Transferências Correntes	-0,28
Outras Receitas Correntes	30,13
RECEITAS DE CAPITAL	1.413,76
Operações de Crédito	-
Alienações de Bens	0,54
Amortização de Empréstimos	1.413,22
Transferências de Capital	-
Outras Receitas de Capital	-
Total da Receita Realizada	R\$ 1.680,75

Fonte: Siafiweb - março/2025.

As receitas do Governo Federal podem ser divididas entre primárias e financeiras. O primeiro grupo refere-se predominantemente a receitas correntes (exceto receitas de juros) e é composto daquelas que advêm dos tributos, das contribuições sociais, das concessões, dos dividendos recebidos pela União, da cota- parte das compensações financeiras, das decorrentes do próprio esforço de arrecadação das unidades orçamentárias, das provenientes de doações e convênios e outras também consideradas primárias.

Além disso, há receitas de capital primárias, decorrentes da alienação de bens e transferências de capital. Assim, o total das Receitas Orçamentárias Primárias no 1º trimestre de 2025 foi de R\$ 267,53 milhões.

NATUREZA DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS PRIMÁRIAS	R\$ Milhões
RECEITAS CORRENTES (I)	266,99
Receitas Tributárias (Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria)	2,06
Receitas de Contribuições	0,59
Receita Patrimonial	103,86
Receita Agropecuária	2,27
Receita Industrial	-
Receitas de Serviços	128,35
Transferências Correntes	-0,28
Outras Receitas Correntes	30,13
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (II)	266,99
RECEITAS DE CAPITAL (III)	1.413,76
Operações de Crédito	-
Alienação de Bens	0,54
Amortização de Empréstimos (VII)	1.413,22
Transferências de Capital	-
Outras Receitas de Capital	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (IV)	0,54
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (V) = (II + IV)	R\$ 267,53

Fonte: Siafiweb - março/2025.

A Despesa fixada, composta por Despesa Corrente e Despesa de Capital, apresenta a dotação inicial de R\$ 8,326 bilhões. A despesa orçamentária foi atualizada para o valor de R\$ 8,348 bilhões, neste primeiro trimestre, com Despesas Empenhadas de R\$ 4,864 bilhões, equivalente a 58,27% da dotação atualizada, conforme tabela de Execução da Despesa:

EXECUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS							R\$ Milhões
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO	
DESPESAS CORRENTES	8.325,99	8.340,21	4.864,43	1.939,79	1.286,89	3.475,78	
Pessoal e Encargos Sociais	7.758,87	7.758,87	4.510,27	1.752,71	1.147,71	3.248,60	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	567,12	581,34	354,6	187,08	139,17	227,18	
DESPESAS DE CAPITAL	-	8,41	-	-	-	8,41	
Investimentos	-	8,41	-	-	-	8,41	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	
SUBTOTAL DAS DESPESAS	8.325,99	8.348,62	4.864,43	1.939,79	1.286,89	3.484,19	

Fonte: Siafiweb – março/2025.

Os Restos a Pagar Não Processados (RPNP) - despesas regularmente empenhadas e que não foram liquidadas no exercício financeiro anterior, ou seja, sem processo formalizado de prestação de serviço ou entrega do bem pelo fornecedor – apresentaram valores pagos, no primeiro trimestre, R\$ 1,447 bilhão, referente a 25,36% do total dos Restos a Pagar não Processados - valores inscritos até 31 de dezembro do exercício anterior, somados com os inscritos em exercícios anteriores menos os cancelados - de acordo com o Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados:

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (RPNP)							R\$ Milhões
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS ATÉ 31/12 DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
DESPESAS CORRENTES	165,26	293,8	96,71	80,82	1,02	77,23	
Pessoal e Encargos Sociais	3,92	37,36	24,51	24,50	0,02	16,76	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	161,34	256,45	72,20	56,32	1,00	360,47	
DESPESAS DE CAPITAL	2.310,92	2.941,15	1.402,69	1.366,66	1,98	3.883,44	
Investimentos	1.815,09	1.494,53	155,67	119,64	1,98	3.188,01	
Inversões Financeiras	495,83	1.446,62	1.247,02	1.247,02	-	695,43	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	2.476,18	3.324,96	1.499,40	1.447,48	3,00	4.260,66	

Fonte: Siafiweb - março/2025.

Os Restos a Pagar Processados - despesas regularmente empenhadas e liquidadas no exercício financeiro anterior – apresentaram valores pagos neste trimestre de R\$ 851,64 milhões, referente a 45,93% do saldo dos Restos a Pagar Processados - inscritos até 31 de dezembro do exercício anterior, somados com os inscritos em exercícios anteriores menos os cancelados - conforme o Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados:

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS						R\$ Milhões
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
DESPESAS CORRENTES	53,93	1.029,75	693,10	0,09	390,49	
Pessoal e Encargos Sociais	0,43	626,96	580,11	0,07	47,21	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	53,50	402,79	112,99	0,02	343,28	
DESPESAS DE CAPITAL	162,03	611,87	158,54	3,30	612,06	
Investimentos	162,03	611,87	158,54	3,30	612,06	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	
TOTAL	215,96	1.641,62	851,64	3,39	1.002,55	

Fonte: Siafiweb - março/2025.

Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é oriundo do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista o critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

No primeiro trimestre de 2025, as receitas realizadas foram de aproximadamente de R\$1,681 bilhão, enquanto as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 4,864 bilhões, ocasionando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 3,484 bilhões no referido período. Este déficit orçamentário não é uma irregularidade, pois o Ministério da Agricultura e Pecuária não é um agente arrecadador, mas executor de despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos.

Entidades Abrangidas:

Órgãos Subordinados	Órgãos	Unidade Orçamentária
I – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.	22000	22101 e 74104
II – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.	22202	22202
III – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFE.	22905	22906 e 74901

Fonte: GGOF

Detalhamento das Receitas e Despesas Intraorçamentárias, quando relevante:

As Despesas Intraorçamentárias, decorrentes da emissão de Termo de Execução Descentralizada – TED, são discriminadas por:

Descentralizações Concedidas pelo Órgão Superior Mapa: Com valores firmados de R\$ 1,908 bilhão, sendo o valor de R\$ 1,779 bilhão do Órgão Ministério da Agricultura, representando 93,24% do valor total firmado.

Descentralizações Recebidas pelo Órgão Superior Mapa: Com valores firmados de R\$ 311,87 milhões, tendo na Embrapa os valores mais expressivos - R\$ 280,55 milhões, representando 89,96% do valor total firmado.

	TED'S RECEBIDAS PARA O MAPA				TED'S RECEBIDAS PARA O MAPA				R\$ Milhões
Órgão	Valores Firmados	TED a Receber	TED a Comprovar	TED Comprovado	Valores Firmados	A Repassar	A Comprovar	Comprovado	
MAPA	31,32	3,17	27,75	-	1.779,29	1.145,27	553,83	8,01	
EMBRAPA	280,55	75,59	181,14	6,61	74,03	41,90	12,23	17,89	
FUNCAFÉ	-	-	-	-	54,96	23,60	31,37	-	
TOTAL	311,87	78,76	208,90	6,61	1.908,28	1.210,77	597,42	25,90	

FONTE: SIAFI HOD - Março/2025

Detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário):

Os créditos orçamentários de Dotação Inicial, aqueles aprovados pela LOA, totalizaram R\$ 18,265 bilhões, com destaque para a Dotação Inicial do Ministério da Agricultura, no valor de R\$ 7,193 bilhões, representando 39,38% da dotação inicial.

Assim, após as dotações suplementar, extraordinária e os cancelamentos, apresentaram o valor de R\$18,665 bilhões, sendo R\$7,354 bilhões referentes ao Ministério da Agricultura, representando 39,40% do valor total no quarto trimestre

DESPESAS EXECUTADAS POR TIPOS DE CRÉDITOS							R\$ Milhões
Órgão UGE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	DOTAÇÃO ESPECIAL	DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	DOTAÇÃO CANCELADA E REMANEJADA	TOTAL	
MIN.AGRICULTURA	4.016,29	-	-	22,63	-	4.038,92	
EMBRAPA	4.309,70	-	-	-	-	4.309,70	
TOTAL	8.325,99	-	-	22,63	-	8.348,62	

FONTE: TG – Março/2025.

Portarias publicadas até o 1º trimestre de 2025 que impactaram o orçamento, as fontes, as ações ou as dotações (especiais ou extraordinárias):

Classificação	Ato	Tipo	Unidade Interessada
Reabertura de Crédito	Portaria GM/MPO nº 11, de 28/01/2025	350 - Reabertura de Crédito Extraordinário (§ 2º do art. 167 da Constituição e art. 61 da LDO-2024)	SDA
Reabertura de Crédito	Portaria GM/MPO nº 11, de 28/01/2025	350 - Reabertura de Crédito Extraordinário (§ 2º do art. 167 da Constituição e art. 61 da LDO-2024)	INMET

Fonte: Coordenação Orçamentária/CGOF/DGG/SE/ 2024.

6.4 Balanço Financeiro

De acordo com o artigo nº 101 da Lei nº 4.320/64, os resultados gerais do exercício serão demonstrados nos Balanços. Assim, o Balanço Financeiro demonstrará o resultado financeiro obtido no exercício.

Quando confrontados os ingressos e dispêndios demonstrados no Balanço Financeiro é possível apurar o Resultado Financeiro, o qual poderá ser deficitário, quando os dispêndios forem maiores que os ingressos, ou superavitário, quando os ingressos forem maiores que os dispêndios.

Na análise do Balanço Financeiro do 1º trimestre de 2025, observa-se que o Resultado Financeiro apurado foi superavitário em R\$ 4,394 bilhões, conforme detalhado na tabela a seguir:

Demonstração do Resultado Financeiro.

	31/03/2025	31/03/2024	AH (%)	AV (%)
(+) Ingressos	16.518,44	16.100,90	2,59%	100,00%
Receitas Orçamentárias	1.680,75	1.750,55	-3,99%	10,17%
Transferências Financeiras Recebidas	5.568,90	6.847,16	-18,67%	33,71%
Recebimentos Extraorçamentários	3.630,99	3.181,18	14,14%	21,98%
Saldo do Exercício Anterior	5.637,79	4.322,00	30,44%	34,13%
(-) Dispêndios	12.124,90	10.280,02	17,95%	100,00%
Despesas Orçamentárias	4.864,43	4.433,45	9,72%	40,12%
Transferências Financeiras Concedidas	4.956,88	4.631,12	7,03%	40,88%
Pagamentos Extraorçamentários	2.303,59	1.215,45	89,53%	19,00%
(=) Resultado Financeiro	4.393,54	5.820,88	-24,52%	

Fonte: Siafi Web dezembro/2024

A análise horizontal mede o desempenho de um determinado item em relação ao período anterior.

Ao comparar o Resultado Financeiro apurado no 1º trimestre de 2025 com o mesmo período de 2024, nota-se que houve um decréscimo de 24,52%.

Esse decréscimo no resultado foi influenciado, principalmente pelo aumento dos pagamentos extraorçamentários de restos a pagar processados e não processados assim como pela diminuição das transferências financeiras recebidas independentes da execução orçamentária referente à Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras no Funcafé.

6.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é um demonstrativo que apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxo de atividades, sendo eles: operacional, de investimento e de financiamento.

- Atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do Órgão.
- Atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos.
- Atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais contribuíram para uma Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa negativa de R\$1,244 bilhão e, apesar disso, houve um Resultado Superavitário apurado no período de R\$4,394 bilhões, conforme demonstrado na tabela seguinte:

Demonstração do Fluxo de Caixa - Composição

Detalhamento	31/03/2025	31/03/2024	R\$ Milhões AH (%)
Fluxo das Atividades Operacionais	-1.348,90	318,54	-523,46%
Fluxo das Atividades de Investimento	104,66	1.180,35	-91,13%
Fluxo das Atividades de Financiamento	-	-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	-1.244,25	1.498,88	-183,01%
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	5.637,79	4.322,00	30,44%
Caixa e Equivalentes de Caixa Final ou Saldo para o Exercício Seguinte ou Resultado Financeiro	4.393,54	5.820,88	-24,52%

Fonte: Siafi Web dezembro/2024.

A partir da análise da tabela acima, observa-se que tanto o fluxo de caixa das Atividades de Investimento quanto das Atividades Operacionais diminuíram com relação a 2024, levando a uma queda de 183,01% na Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa, devida, especialmente, a grande queda de transferências recebidas pela Embrapa e aumento das transferências concedidas no MAPA, Embrapa e Funcafé.

Por meio da Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC também é possível apurar o Resultado Financeiro do Órgão, através do confronto dos ingressos com os desembolsos:

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2025	31/03/2024	AH (%)
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	-1.244,25	1.498,88	-183,01%
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	5.637,79	4.322,00	30,44%
Resultado Financeiro/ Saldo para o Exercício Seguinte	4.393,54	5.820,88	-24,52%

6.6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido-DMPL, na Análise Horizontal, verificou-se que o Patrimônio Líquido do Mapa apresentou um decréscimo de 40,86% neste trimestre em comparação com o exercício anterior, impulsionado pelo impacto do Resultado do Exercício negativo de R\$5,618 bilhões.

A tabela a seguir demonstra os itens relevantes do Patrimônio Líquido.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Composição

DMPL	31/03/2025	31/12/2024	R\$ Milhões AH (%)
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	3.149,19	3.149,19	0,00%
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	65,05	31,25	108,16%
RESERVAS DE CAPITAL	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-
Demais Reservas	270,10	261,25	3,39%
RESULTADOS ACUMULADOS	4.624,12	10.268,38	-54,97%
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,01	0,01	0,00%
AÇÕES EM TESOURARIA	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.108,47	13.710,08	-40,86%

Fonte: Siafi Web março/2025.

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
Saldo Inicial do Exercício 2025	3.149,19	31,25	261,25	10.268,38	0,01	13.710,08
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	0,06	-30,29	-	-30,24
Aumento/Redução de Capital	-	33,80	-	-	-	33,80
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-26,75	4,05	-	-22,70
Resultado do Exercício	-	-	-	-5.618,02	-	-5.618,02
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	35,54	-	-	35,54
Saldo Final do Exercício 2025	3.149,19	65,05	270,10	4.624,12	0,01	8.108,47

Fonte: Siafi Web março/2025.

7. Referências

7.1. Bibliográficas

- 1) Demonstrações Contábeis da União – BGU
- 2) IPC 00 – Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade
- 3) IPC 01 – Transferência de Saldos Contábeis e Controle de Restos a Pagar
- 4) IPC 02 – Reconhecimento dos Créditos Tributários pelo Regime de Competência
- 5) IPC 03 – Encerramento de Contas Contábeis no PCASP
- 6) IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial
- 7) IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais
- 8) IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro
- 9) IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário
- 10) IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa
- 11) IPC 11 – Contabilização de Retenções
- 12) IPC 12 – Contabilização de Transferências de Bens Móveis e Imóveis
- 13) Manual de Informações de Custos do Governo Federal – 1ª Edição - 2018
- 14) Manual do Portal de Custos do Governo Federal – 2017
- 15) MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9ª Edição – Válido a partir de Nov 2021
- 16) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2019 – Estendido
- 17) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2019 – Federação

7.2 Sítios mais utilizados pela CCONT/MAPA

- 1) www.tesouro.fazenda.gov.br
- 2) <https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/>
- 3) [www.tesourotransparente.gov.br › balanco-geral-da-uniao-bgu-trimestral](http://www.tesourotransparente.gov.br/balanco-geral-da-uniao-bgu-trimestral)
- 4) <https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais>
- 5) www.agricultura.gov.br
- 6) portal.tcu.gov.br
- 7) portal.in.gov.br
- 8) www.cfc.org.br
- 9) www.crcdf.org.br
- 10) <http://sistemas.agricultura.gov.br/confcon>
- 11) <http://sistemas.agricultura.gov.br/sei>
- 12) <http://agronet.agricultura.gov.br/>
- 13) <https://boletim.sigepe.planejamento.gov.br>
- 14) <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/asi>
- 15) <http://www.redesim.gov.br/servicos>
- 16) <https://siafi.tesouro.gov.br/>
- 17) <https://plataformamaisbrasil.gov.br/>
- 18) <https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/>
- 19) <https://hod.serpro.gov.br/>
- 20) <https://cav.receita.fazenda.gov.br/>
- 21) <https://www.siapenet.gov.br/>
- 22) <http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/demonstrativos-contabeis>